

**ATA DA 100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NACIONAL (CAN)
DA UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL**

Data e local: 7 e 8 de novembro de 2020 (sábado e domingo), por meio de videochamada pelo Zoom, com transmissão ao vivo em grupo do Facebook para os associados previamente inscritos.

Presentes, os seguintes:

Conselheiros Titulares: Isabelly Castro da Silva e Santos (ISABELLY) - Presidente, Marco Aurélio Romeu Fernandes (ROMEU) - Vice-Presidente, Adriano Aparecido Bezerra Chaves (ADRIANO), Carlos Magno Torres (MAGU), Christian Ubiratan da Silva Barbosa (CHRISTIAN), Dayanna Cristine Gomes Rosa Bezerra (DAYANNA), Eduardo Evaldt Manique (MANIQUE), Leonardo Vilar Costa (LEONARDO), Mark Anderson Caldeira (MARK), Nadir Antonio Mussio (MUSSIO), Renato Eugênio de Lima (RENATO) - apenas no domingo, Robson Alexandre de Moraes (ROBSON), Sarah Raquel Loureiro do Amaral (SARAH), Thiago Simplício Raimundo da Silva (THIAGO).

Representantes da Rede Nacional de Jovens Líderes (RNJL): Felipe da Silveira Bertoglio (FELIPE), Nathália Castilhos Neves de Oliveira (NATHÁLIA) - apenas no sábado.

Representantes de Áreas Geográficas: Rodrigo Rodrigues da Cunha Paiva (RODRIGO) - Representante da Área Geográfica Centro-Oeste, Rafael Fagundes Cavalcanti (RAFAEL) - Representante da Área Geográfica Nordeste, Ilka Denise Rossetto Gallego Campos (ILKA) - Representante da Área Geográfica Sul. A presidência do CAN ainda não recebeu confirmação da indicação de nome para representante da Área Geográfica Norte para viabilizar sua participação na reunião.

Diretoria Executiva Nacional (DEN): Rafael Rocha de Macedo (MACEDO) - Presidente, Cristine Bohrer Ritt (CRISTINE) - Vice-presidente, Roberlei Volpe Beneduzi (ROBERLEI) - Vice-presidente, Lídia Sadaco Minamizaki Ikuta (LÍDIA) - Comissária Internacional, Paula Cristina Acirón Loureiro (PAULA) - Diretora Jurídica e de Integridade, Celso Thadeu Carneiro de Menezes (CELSO) - Diretor de Métodos Educativos - apenas no domingo.

Escritório Nacional (EN): Thiago Martins Barbosa Bueno (THIAGO BUENO) - Gerente Geral, Luís Henrique Guimarães (LUIS) - apenas no sábado, Vitor Augusto Gay (VITOR) - Gerente de Métodos Educativos - apenas no domingo.



Convidados: Rubem Tadeu Cordeiro Perlingeiro (RUBEM) - Membro do Comitê Escoteiro Interamericano - apenas no sábado, Bibiana Zanella Ribeiro (BIBIANA) - Diretora Presidente da Região Escoteira do Tocantins - apenas no sábado, Daniel da Silva San Gil (DANIEL) - apenas no sábado, Luís Augusto Magalhães Sonsini (LUÍS AUGUSTO) - apenas no sábado, Luiz César de Simas Horn (LUIZ) - apenas no domingo.

Ausências justificadas: Renato Eugênio de Lima (RENATO) justificou ausência para o sábado. Gustavo Ribas de Aguiar (GUSTAVO) - Representante da Área Geográfica Sudeste, justificou ausência para o sábado e domingo.

Às 8h37min. do dia 7 de novembro de 2020 (sábado), ISABELLY faz a abertura oficial dos trabalhos e dá as boas-vindas aos presentes, inclusive aos que estão assistindo a transmissão pelo Facebook. MAGU realiza o momento de reflexão, com pedido especial de recuperação da saúde do conselheiro RENATO. Em seguida, ISABELLY dá prosseguimento à pauta da reunião, conforme agenda anteriormente divulgada.

Planejamento Estratégico: DAYANNA lembra que, desde a última reunião em que foi tratado sobre o planejamento estratégico, houve a migração de todas as informações que estavam lançadas no Scopi para planilhas de Excel online. Hoje convidou o LUIS, profissional do Escritório Nacional que tem colaborado nesse processo, para explicar como ocorreu a migração e atualização dos dados com as equipes do Escritório Nacional. DAYANNA salienta que tem ações e processos do planejamento estratégico sob responsabilidade do CAN que precisam ser atualizados. LUIS faz breve apresentação de como foi feita a migração dos dados que estavam no Scopi para o Excel. LUIS mostra como era a disposição das informações no Scopi e como agora está no Excel, explicando que os anexos com os documentos comprobatórios sobre o cumprimento dos objetivos estratégicos estão pendurados em pastas no OneDrive, separados por marco estratégico. LUIS explica também que em cada pasta há um tutorial de como usar a ferramenta, onde cada marco tem uma planilha para acompanhamento do andamento dos processos/ações e seus anexos. Em seguida, finaliza a apresentação e se coloca à disposição para colaborar no que for necessário para atualização das informações no novo sistema. MAGU pondera que é necessário se ter os custos fixos e variáveis relacionados ao planejamento estratégico. ISABELLY pergunta se o link de acesso ao Excel para acompanhamento do planejamento vai ser disponibilizado apenas para os membros da comissão responsável pelo acompanhamento ou para todo o Conselho. DAYANNA entende que o link para visualização deva ser disponibilizado a todos, mas adianta que somente a comissão terá acesso para edição das planilhas. ISABELLY lembra que quando usávamos o Scopi nem todos podiam fazer o acompanhamento e que é muito importante que todos os conselheiros tenham acesso para que possam acompanhar a execução do plano. LEONARDO pergunta se já foi definido o Excel como ferramenta definitiva para acompanhamento do plano. DAYANNA explica que adotamos essa ferramenta neste momento para permitir uma melhor visualização e atualização dos dados, o que não estava sendo possível com o Scopi, e que deverá ser feita uma avaliação se será mantida essa ferramenta até o final deste plano em 2021 e para o próximo plano, pois já é a terceira vez que se muda de ferramenta e isso atrapalha o acompanhamento. LEONARDO



entende que o que for relacionado à governança institucional deva ser acompanhado pela Comissão de Governança Institucional mais de perto. DAYANNA ressalta que destacou para esta reunião processos/ações que são de responsabilidade do CAN para identificação dos responsáveis e status, em conjunto com todos os conselheiros, e salienta que se for necessário alterar algum objetivo estratégico, é preciso discutirmos com o Conselho a alteração, mas que processos e ações podem ser revistos e alterados. CHRISTIAN ficou com dúvida sobre quem vai alimentar as informações nas planilhas para acompanhamento. DAYANNA esclarece que os que são de responsabilidade do CAN, serão os responsáveis definidos dentro do Conselho para o processo/ação, e para as outras áreas, há um responsável da equipe do Escritório Nacional ou da Diretoria Executiva Nacional (DEN) para fazer essa atualização. ROMEU diz que é importante se refletir qual a melhor ferramenta de acompanhamento do plano, porque mais difícil do que elaborar, é acompanhá-lo. ROMEU suscita que o Conselho precisa saber qual o status do atual plano estratégico e qual o cronograma para o próximo plano, pois o CAN é responsável por sua elaboração e acompanhamento. ROMEU destaca que além da fiscalização pelo Conselho, é preciso também verificar quais são os processos/ações de responsabilidade do CAN e o seu status, e entende que o Conselho tem falhado um pouco nesse acompanhamento interno para se saber o que está pendente, o que é de responsabilidade externa do Conselho e quais são as prioridades neste momento final do atual plano. MAGU afirma que o retrabalho é o pior dos cenários, pois gasta-se tempo e recursos com isso. Reforça que não podemos ter retrabalho, que precisamos ter uma visão de horizonte, dentro de um tempo exequível, e que é muito importante olharmos o que ainda está para ser concluído em 2021 para sabermos o que precisará ser considerado para o próximo plano. DAYANNA informa que houve uma reunião da comissão de acompanhamento na semana passada e que não tinham como fazer uma análise do status do plano nesse momento, até porque há ações de responsabilidade do CAN nas quais não estava atualizado o status. Ressalta que tem como proposta hoje atualizar as ações de responsabilidade do CAN, para que depois a comissão possa fazer uma análise do status e do que precisa ser priorizado no plano. Para a elaboração do próximo planejamento estratégico, DAYANNA entende que a comissão de acompanhamento possa delinear um caminho e na próxima reunião do CAN, sobre o orçamento, apresentar uma proposta, uma vez que no orçamento terão de ser previstos recursos para elaboração do novo plano. MANIQUE afirma que, independentemente da ferramenta, o mais importante é podermos visualizar como o plano estratégico está sendo executado. Lembra que em julho deste ano foi feita uma reunião minuciosa da comissão de acompanhamento e, à época, as informações não estavam atualizadas. Entende que agora, com a migração de ferramenta, ficou mais fácil de acompanhar. Explica que já foi feito um mapeamento dos responsáveis de cada processo/ação, especialmente do que é de responsabilidade do CAN, o que antes não estava atualizado no Scopi. Com isso, não tinha como se fazer um acompanhamento adequado, o que é possível agora com a nova ferramenta adotada. MANIQUE pondera que até a próxima reunião do CAN é preciso nos debruçarmos sobre as ações previstas no plano. ROMEU pergunta porque a comissão de acompanhamento teve acesso às planilhas de acompanhamento somente na semana passada para análise do seu status. DAYANNA esclarece que antes estavam fazendo o acompanhamento do plano pelo Scopi e somente na semana passada foi concluída a migração dos dados para o Excel. ROMEU reforça que



mais importante do que elaborar o planejamento, é o seu acompanhamento. Percebe que é uma dificuldade de longa data da nossa instituição o processo de monitoramento do planejamento estratégico, e reitera que temos de ter um acompanhamento permanente do plano para que sejam atingidos os seus objetivos. LUIS destaca que, com um pouco mais de tempo para o processo, é possível deixar o acompanhamento do plano no Excel visual e funcionalmente melhor do que está hoje. DAYANNA ressalta que a proposta agora é atualizar os processos/ações de responsabilidade do CAN no plano. Esclarece que o que é relativo ao primeiro triênio e ainda não concluído, está marcado com uma cor diferente na planilha para ser possível a identificação. LUIS projeta a planilha de acompanhamento do plano para acompanhamento das edições por todos e lembra que, se necessário, inclusive por conta dos impactos causados pela pandemia, os processos/ações que não fazem mais sentido podem ser revistos. Passa-se então à visualização e discussão pelos presentes dos processos/ações. Processo 1.2.1.2 - Ação 1 - MANIQUE orienta a manter como está; Ação 2 - DAYANNA diz para manter como está. CRISTINE entende que o comentário que está no processo, de que a minuta foi para o CAN e aguarda parecer, pode ser excluído, porque a Política Nacional de Envolvimento Juvenil (PNEJ) já foi aprovada. ISABELLY pede para se anexar o documento da PNEJ publicada nos anexos comprobatórios. CRISTINE esclarece que a PNEJ já foi aprovada, mas ainda está em processo de revisão final do texto para diagramação e publicação oficial. LEONARDO entende que deva então ser incluída uma ação no plano sobre a publicação da PNEJ. CRISTINE prevê que até o final do ano tenhamos o documento publicado, e, com a concordância de todos, pede que seja inserida como data de entrega 31/01/2021. Processo 1.4.11.1 - Ação 1 - há uma citação ao CAN, não é de responsabilidade direta. MANIQUE sugere que se faça um panorama mais geral agora e depois o CAN faça uma análise mais detalhada dos processos/ações sob sua responsabilidade para se atualizar o status. LEONARDO concorda com MANIQUE, pois o processo pode gerar muita discussão e não avançarmos com os trabalhos. DAYANNA orienta LUIS a apresentar o que for de responsabilidade direta do CAN no plano para verificar se há algum comentário pelos presentes e entende que o que for preciso revisar, deverá ser feito num momento posterior. Processo 2.1.1.1 - Ação 1 - DAYANNA ficará responsável por verificar qual foi a data de conclusão e por anexar o relatório de acompanhamento, pois já foi concluído. Processo 2.4.2.3 - DAYANNA diz para manter como está, pois está vinculado ao processo estatuinte. Processo 2.5.1.3 - ISABELLY observa que na antiga composição do CAN houve um Grupo de Trabalho (GT) sobre eventos e não foi dado continuidade ao estudo. Entende que precisamos decidir se vamos retomar o estudo. MUSSIO lembra que foram tomadas algumas decisões do CAN junto com a DEN a respeito do assunto, por isso, é necessário verificar melhor o que já foi definido antes de se tomar uma decisão sobre isso. Processo 2.8.1.2 - ISABELLY lembra que estava em desenvolvimento a política de recursos humanos e MUSSIO estava trabalhando nisso. CRISTINE esclarece que a política de cargos e salários do Serviço Profissional está praticamente pronta e a DEN achou melhor encaminhar para apreciação, posteriormente à esta reunião do CAN, pois não era objeto da pauta e já havia muita informação para esta semana. MUSSIO pergunta se todas as descrições de cargos estão prontas. CRISTINE informa que sim. Processo 2.6.2.2 - LEONARDO entende que o que estiver ligado à governança institucional, a Comissão de Governança Institucional pode avocar para si a responsabilidade. CRISTINE pondera que todos os itens que dependem de



discussão estatutária já foram levados à reflexão no processo estatuinte. Processo 2.6.3.1 - ISABELLY rememora que houve apenas alguns cursos da área de *compliance* e haverá um curso de Governança e Integridade ainda este mês, mas que não foi criado um programa de capacitação para os membros do Conselho. Processo 2.6.3.2 - ISABELLY diz que o assunto foi pautado no processo estatuinte e sugere que deveria ser feito um ajuste no texto para “pautar demanda para Comissão Estatuinte”. MANIQUE entende que a demanda já foi concluída. CRISTINE pondera se o previsto no processo não tem relação com a política de governança e integridade. DAYANNA pede para LUIS destacar o processo para revisão posterior. MAGU diz que na política de governança está melhor do que como colocado no processo. Processo 2.6.3.3 - ISABELLY afirma que já foi concluído o mecanismo e a partir da próxima Assembleia Nacional deverá ser apresentada a avaliação de desempenho dos Conselheiros Nacionais. Processo 2.6.3.4 - LEONARDO entende que talvez o curso de governança e integridade atenda o processo previsto. ISABELLY salienta que o processo foi definido para se ter um curso EAD como requisito para candidatura ao Conselho. CRISTINE lembra que é preciso lermos os objetivos estratégicos para ver se é necessário rever os processos/ações elencados. DAYANNA pede à LUIS para fazer destaque nesse processo para revisão posterior. Processo 2.6.4.1 - ISABELLY afirma que foi concluído. Processos 2.6.5.1, 2.6.6.1 e 2.6.7.1 - ISABELLY e DAYANNA entendem que foram concluídos, pois estão vinculados ao processo estatuinte. Processo 3.3.1.1 - CRISTINE afirma que já foi elaborada a nova proposta de política comercial, mas ainda não foi concluída, pois ainda precisa ser debatida com o Comitê Comercial, cuja nova composição foi definida na última reunião do Conselho Consultivo Nacional. Entende que pode ser inserida como data de conclusão a próxima reunião do CAN, quando a política deverá ser submetida para apreciação. Processo 3.4.1.3 - CRISTINE esclarece que a consolidação contábil das Regiões Escoteiras já foi feita, mas em relação à unificação do orçamento, numa avaliação feita com a Gerência Administrativa-Financeira do Escritório Nacional, isso é mais complicado de acontecer, pois lembra que já houve uma tentativa na gestão anterior da DEN de criação de um matriz padrão de orçamento para todas as Regiões Escoteiras, mas cada Região tem autonomia, inclusive estatutária, quanto ao assunto e poucas retornaram à proposta. CRISTINE informa que estão trabalhando para criar uma nova matriz orçamentária para disponibilizar às Regiões Escoteiras. Todavia, CRISTINE frisa que deveria ser reavaliado esse objetivo, porque, infelizmente, hoje são poucas as Regiões Escoteiras que têm previsão orçamentária. CRISTINE entende que o trabalho deva mais ser de fomentar às Regiões Escoteiras para a prática de se ter uma previsão orçamentária do que fazer a consolidação nesse momento. Processo 4.1.7.2 - DAYANNA entende que o processo está relacionado à decisão de se retomar um GT de Eventos. CRISTINE lembra que na composição anterior do CAN o GT de Eventos propôs uma minuta para política de eventos, mas isso precisa ser retomado. CHRISTIAN se disponibiliza a retomar esse assunto. CRISTINE sugere que para a composição de um novo GT de Eventos temos profissionais do Escritório Nacional especializados no assunto e que seja transferida para eles essa responsabilidade. Processo 4.2.3.1 - CRISTINE diz que não entende porque o CAN foi indexado nesse processo. ISABELLY entende que é porque o CAN pode ter uma participação estratégica para o cumprimento do objetivo, por conta da previsão de flexibilização da prática do Escotismo. ROBERLEI informa que estão sendo levantadas todas as parcerias feitas no passado e as quais ainda têm viabilidade para



contribuir com esse objetivo. Processo 4.6.3.1 - CRISTINE diz que deverá ficar para 2021 e o CAN deverá ser envolvido na elaboração e aprovação da política de relações governamentais, tal como o previsto. CRISTINE observa que falta incluir no planejamento estratégico a política de Diversidade e Inclusão que está em processo de desenvolvimento. Sugere que seja criado um objetivo específico para isso. DAYANNA entende que a comissão de acompanhamento do plano deva identificar onde isso pode ser incluído. ISABELLY lembra que temos objetivos relacionados às diversidades e direitos humanos no plano estratégico. MANIQUE ressalta que, mesmo que não tenhamos objetivo específico sobre isso, os valores institucionais de Diversidade e Inclusão constam no plano. DAYANNA salienta que depois vai ser preciso retomarmos os destaques e verificarmos o que poderá ser concluído ainda no atual plano ou o que vai ser deixado para o próximo planejamento estratégico. Salienta que está bem satisfeita em ter feito nesta reunião o exercício de rever os processos/ações sob responsabilidade do CAN, e que irão marcar uma reunião da comissão de acompanhamento do plano estratégico para analisar o status do atual e elaborar proposta para elaboração do próximo plano, a fim de que seja apresentada na próxima reunião do CAN sobre o orçamento ou numa discussão virtual específica. E seguindo sugestão do ROBSON, DAYANNA também entende que é preciso ter uma pauta fixa das reuniões ordinárias do CAN sobre o acompanhamento do plano estratégico. MAGU sublinha que os objetivos/processos/ações têm que ser um verbo de ação e específico. DAYANNA esclarece que na ferramenta de acompanhamento do plano não constam os objetivos gerais e específicos, mas apenas os processos/ações para o seu atingimento. MANIQUE pondera que, na verdade, seriam os indicadores de desempenho. DAYANNA esclarece também que não há na planilha os valores de custos, pois isso está na peça orçamentária. Que é preciso verificar se no orçamento há referência aos objetivos do plano estratégico. MUSSIO sugere que na próxima reunião voltemos a discutir somente os assuntos do que ficou pendente no plano para se dar foco aos processos/ações pendentes. CRISTINE diz que a DEN deve trabalhar com a comissão de planejamento estratégico para elaboração de uma proposta para a construção do próximo plano. Salienta que já está sendo previsto no orçamento para 2021 valor destinado a esse processo de elaboração, e que, por isso, é preciso alinhar proposta com a comissão de acompanhamento do plano que seja contemplada no orçamento. MAGU ressalta que o CAN precisa receber a proposta orçamentária, o mais rápido possível, para analisar. CRISTINE diz que a proposta será entregue trinta dias da reunião do CAN em que será tratado o orçamento, conforme o combinado.

ISABELLY concede um intervalo de 5 minutos na reunião.

Apresentação/discussão - O primeiro pilar da governança institucional: LEONARDO agradece a oportunidade de tratar o assunto no âmbito do Conselho e faz uma [apresentação](#) sobre os princípios básicos da política de governança institucional, a qual teve sua resolução de instituição aprovada nesta semana pelo CAN e em breve deverá ser publicada; sobre as políticas derivadas da política de governança institucional (conflito de interesses, transparência, gestão de pessoas, etc.); e sobre o código de conduta que deve orientar todos os voluntários, profissionais e prestadores de serviços da instituição, o qual deve ser encarado como um complemento para fortalecer os valores contidos na Lei e Promessa. Reforça a



criação do canal de conduta, na verdade, canal de denúncias, que pode ser utilizado por todos os associados para denunciar ou esclarecer dúvidas sobre questões éticas e institucionais. Prossegue a apresentação, frisando o suporte da alta administração como o primeiro pilar da governança institucional, como primeiro pilar de um programa de Integridade (*compliance*), sendo nos Escoteiros do Brasil a alta administração representada pelo CAN, pela DEN e pelas Diretorias Regionais, as quais devem se comprometer com a governança institucional e com o programa de Integridade, viabilizando recursos, pautando-se e aplicando o código de conduta, valorizando a postura ética e íntegra, servindo de exemplo e combatendo a conduta antiética, incentivando e participando de treinamentos, como, por exemplo, o curso de governança e integridade que ocorrerá nos próximos dias 21 e 22 de novembro, engajando-se e envolvendo-se na prevenção, sendo exemplos e cumpridores de regras. LEONARDO encerra a apresentação fazendo a leitura do seguinte texto: “Colegas do Conselho, diretores e demais envolvidos nessa nova fase que a União dos Escoteiros do Brasil está entrando, que é pautar-se além da nossa Promessa, Lei e demais valores. Costumo dizer, que não somos os jovens, que estão sendo educados e tem a Lei e a Promessa como princípios básicos, por exemplo, para se pautarem nas decisões das Cortes de Honra. De forma alguma quero desmerecer esta importante instância basilar da nossa Instituição. Mas nós somos a alta administração da Escoteiros do Brasil. A Lei e a Promessa Escoteira, para nós, adultos, que lidamos com questões mais intrínsecas e maiores, precisam de aliados para que tenhamos mais suporte ao lidar com temas de contexto atual e mundial. Mundo que está adotando políticas de *compliance*, leis anticorrupção, de transparência, de conflito de interesses, de proteção de dados. Leis, inclusive, que estamos sujeitos. As nossas relações internas e externas não se baseiam mais, apenas, pela lei e promessa. Não abraçar, não compreender, não aplicar, não ser exemplo à luz da governança institucional, das políticas emanadas dela, do código de conduta, da conformidade, da integridade já não é mais possível. Não porque queremos ou é moda, mas é porque devemos. O mundo já está neste processo. Negar ou não instituir tudo isso agora é dizer ou achar que apenas a nossa Lei, Promessa e valores (como alguns defendem) são suficientes. Temos de estar em conformidade com a atualidade, necessidades e valores da sociedade e do mundo. Hoje tratamos de temas como inclusão, proteção da infância e juventude, entre muitos outros que não tratávamos a uma ou 2 décadas; não porque é bonitinho. É por ser uma necessidade, seja ela moral, ética ou por força da lei. É o mesmo para a governança institucional. Não somos jovens em uma Corte de Honra. Somos adultos responsáveis por uma instituição de mais de 100 mil associados. Somos responsáveis pela administração de um patrimônio de milhões de reais. Milhões! Somos responsáveis pela direção de dezenas de profissionais. Somos responsáveis por elaborar o planejamento estratégico e implementá-lo, junto com inúmeras políticas e resoluções. Hoje, temos mais de 40 processos administrativos disciplinares envolvendo nossos associados. Processos que vão desde a faltas disciplinares, digamos, leves, a processos que indicam, friso! INDICAM, desvios ou má gestão de recursos financeiros que, se somados, passam de 1 milhão de reais. Fora os nossos prejuízos de imagem. Hoje, temos mais de 50 processos judiciais envolvendo a nossa instituição. Mais de 50 processos onde somos vítimas ou réus, mas que de alguma forma sugam nossos recursos financeiros e humanos. Milhares de reais que nossos associados investiram ou que nossos profissionais e voluntários trabalharam arduamente para conseguir. Não somos uma Corte



de Honra que julga os companheiros de patrulha ou tropa. Somos administradores que devem conduzir a instituição de acordo com regras e leis. Sem companheirismo ou espírito de corpo. Temos uma responsabilidade muito grande, nos confiada pelos associados, delegados e regiões que nos colocaram aqui. Temos de pensar na instituição como um todo. Somente a partir de conduta baseada pela governança institucional, *compliance*, integridade, nossa Promessa, Lei e demais valores, é que poderemos administrar e dirigir essa instituição adequadamente. Espera-se que, ao trilharmos esse caminho da governança institucional, processos disciplinares e judiciais, prejuízos advindos de má gestão ou má administração; e demais problemas e riscos a que estamos sujeitos; diminuam ou sejam geridos de maneira mais correta e responsável. Quem sabe, ante estes novos preceitos, atuemos de forma mais harmônica, ética e íntegra, como as leis, nossas regras e associados esperam. Repito, não somos uma Corte de Honra. Deixemos para os jovens, que estão em processo de educação, basearem-se pela Lei e Promessa. Nós somos adultos, nossas responsabilidades são maiores e nossos atos tem consequências maiores. Não se refletem apenas ao companheiro de patrulha ou tropa. Impactam em toda a instituição. Conselheiros, diretores, dirigentes da alta administração da Escoteiros do Brasil. Temos uma responsabilidade muito grande e é com a governança institucional, o *compliance*, a integridade, nossa Promessa e Lei, que transmitiremos a todos a segurança institucional necessária para conduzirmos a UEB. Somos o pilar que apoiará todo o programa de governança, integridade, conformidade. Queridos associados, vocês já têm um canal de denúncias (no site, está nomeado como canal de conduta). Ele é o meio institucional adequado para denunciarem. Exerçam o direito e dever que vocês têm, que é fazer o controle externo. Obrigado.”. MACEDO salienta que o que foi dito pelo LEONARDO é muito importante e, embora seja um reforço de valores para nós escoteiros, gostaria de reforçar um aspecto mais importante pelas funções que os membros da alta administração ocupam: a questão da responsabilidade institucional, da responsabilidade financeira. Ressalta que muitos profissionais dependem desses recursos para a sua subsistência, por meio do seu trabalho. Reforça que não somos uma Corte de Honra, que existe algo maior do ponto de vista da responsabilidade. Afirma que se a responsabilidade financeira não for bem gerida, vai tocar no patrimônio pessoal dos diretores e conselheiros, caso a instituição não tenha condições de arcar com os prejuízos. Sublinha que estamos num momento complicado, especialmente financeiro, por conta da pandemia, e que não é algo exclusivo dos Escoteiros do Brasil, veja-se como exemplo a *Scouts UK* que está vendendo a *BP House* para gerar receitas, visando a manutenção do Movimento Escoteiro no Reino Unido. Frisa que, comparado com 2019, os Escoteiros do Brasil estão com 25% de associados a menos atualmente. Que a pandemia nos afetou muito e temos conseguido manejar isso, pois há outras organizações do Terceiro Setor fechando, porque o voluntariado não é uma prioridade neste momento para muitas pessoas. MACEDO lembra que sempre temos de recordar que CAN, DEN e Diretores Regionais são administradores e eventuais leniências em relação a irregularidades podem abalar nossa estabilidade institucional, inclusive o patrimônio pessoal dos seus dirigentes. Salienta que estamos atentos à essa mudança do mundo e temos buscado mecanismos para a capacitação dos nossos administradores. Ressalta que, atualmente, para ser parte do CAN, DEN e das Diretorias Regionais basta ser eleito, que nossa instituição não fornece a capacitação necessária para gerir a instituição, que isso acaba vindo



das habilidades adquiridas por cada um fora do Movimento Escoteiro. Entende que precisamos ter condições de se capacitar dentro da instituição para exercer esses cargos da alta administração. Lembra que em breve teremos um curso de governança e integridade com a participação de conselheiros, diretores nacionais e regionais e profissionais escoteiros. Afirma que o caminho de capacitação é sem volta, pois o mundo atual não é complacente com erros na administração, e que na próxima reunião do CAN poderá mostrar, de forma mais clara para o Conselho, os retornos financeiros para a instituição com a adoção do *compliance*. Entende que ainda que o *compliance* seja algo novo na organização, assim como no Terceiro Setor, estamos num bom caminho. ROMEU cumprimenta ao LEONARDO pelo trabalho de sensibilização sobre o tema, pois ainda é um tema novo na nossa instituição. Corrobora que a alta administração dos Escoteiros do Brasil deve estar comprometida com o tema. Salaria que não foi algo inventado pelos Escoteiros do Brasil, mas que há uma legislação sobre isso, que o cuidado com a governança corporativa deve estar presente em nossa entidade. Diz que podemos identificar em alguns discursos que por sermos um Movimento, uma instituição, no qual os valores éticos são pilares, por isso seríamos incólumes a qualquer conduta inadequada, que nossa Lei e Promessa e nossos princípios bastariam por si só. ROMEU entende que isso não pode ser justificativa para não estarmos convergentes ao nosso tempo. Ao contrário, entende que por conta dos nossos valores contidos na Lei e Promessa, isso deveria ser um estímulo à formalização dos nossos regamentos internos. Lembra que quando, anos atrás, foi discutida a necessidade de apresentação de antecedentes criminais pelos adultos voluntários escoteiros como requisito para se fazer o registro escoteiro, houve algumas resistências, mas nossos valores deveriam, na verdade, reforçar a importância disso. Reforça que não estamos incólumes de desvios de conduta, de caráter, pois, infelizmente, temos exemplos na nossa instituição de pessoas que roubaram, que não agiram de acordo com a nossa Promessa e Lei Escoteira. Por isso, é importante termos todo esse regamento. Ressalta que, dependendo da forma da gestão, pode ser que, como dirigentes da instituição, possamos responder com o nosso patrimônio pessoal. Que não podemos ser lenientes com condutas reprováveis. Salaria que o atender a essas normas também trará benefícios para proteção dos gestores. Que, como instituição como um todo, precisamos prezar por isso. Que não podemos deixar que eventuais interesses pessoais coloquem em risco todo o esforço de nossos mais de cem mil associados e de todos aqueles que passaram por nossa história. Que não é algo apenas bonito, mas que protege a todos nós. ISABELLY lembra que estamos próximos às Assembleias Regionais que vão definir os candidatos à próxima composição do CAN, a serem eleitos na próxima Assembleia Nacional. Salaria que precisamos reforçar o tema da governança institucional e da integridade quando da escolha dos candidatos. Ressalta que estamos num momento da instituição bastante complicado, que estávamos num crescente do efetivo nos últimos 10 anos, mas que nosso efetivo deve diminuir por conta dos efeitos da pandemia. Por isso, se faz ainda mais necessário escolhermos pessoas competentes para atuar no CAN, no sentido de que tenham as competências necessárias para a função. Reforça que isso seja observado na Assembleia Regional no momento da eleição dos candidatos, que não seja apenas um voto por amizade. Sublinha que, muitas vezes, quem quer fazer parte do CAN e das Diretorias Regionais não sabe da responsabilidade de ser administrador da instituição. Lembra que, ela mesma, tinha uma noção prévia quando se candidatou, mas só conseguiu ter a noção



completa da responsabilidade quando se tornou conselheira. MARK registra o engajamento do LEONARDO com o tema da governança institucional, se não um dos mais importantes, certamente um de grande destaque para nossa instituição. Reafirma o dito pelos conselheiros que o antecederam, que somos uma instituição muito grande, extremamente vulnerável, que precisa de cada vez mais instrumentos para correção dos atos de seus dirigentes. Entende como necessário o formalismo dos regimentos, as regras de *compliance*, a política de governança. Salienta que, muitas vezes, as pessoas que estão fora da instituição não conseguem perceber como os elementos da nossa prática educativa têm relação com a governança. Ressalta que esse formalismo não é mais uma burocracia, mas algo que nos faz dialogar com a gestão pública. Afirma que a temática governança começou a ser tratada na administração pública em 2017, quando foi editado um decreto federal sobre o tema, mas que na iniciativa privada e no Terceiro Setor o processo de seu um pouco antes. Corrobora que a capacitação daqueles que vão assumir cargos de administração na instituição é extremamente importante, ainda que não exima os demais voluntários de ter um conhecimento mínimo deste tema. Destaca a reflexão já feita de que maus feitos na administração podem resvalar no CPF de cada um dos administradores. ROBSON endossa o coro das parabenizações sobre a exposição do tema. Entende como bastante pertinente que todos estudemos os quatro pilares da governança institucional. Todavia, ressalta alguns aspectos sobre a importância de se dialogar com os associados de forma mais ampla sobre o tema, não no sentido de não abandonarmos os valores do Movimento Escoteiro, mas de pensarmos as necessidades legais colocadas. Diz que temos muitas novidades internas e externas sobre o tema, como, quando, enquanto instituição, na vigência do plano estratégico atual, passamos a ter a gestão por competências dos nossos adultos, sendo uma das competências essenciais a consciência organizacional. Salienta que temos um papel importante no Terceiro Setor e que muitas entidades desse setor têm avançado bastante no tema do *compliance*, sendo que muitas, inclusive, já constam com serviço profissionalizado nessa área para uma lisura maior do canal de denúncias e dos processos. Afirma que temos a necessidade de buscar coesão institucional para atender toda a legislação vigente, como a LGPD que tem se tornado cada vez mais importante. Ele, como funcionário público tem tido bastante capacitações sobre esse tema. Por fim, sublinha que precisamos tomar cuidado institucional no momento que citamos, em algumas apresentações, termos relativos ao programa educativo, como, por exemplo, a Corte de Honra, para não soar pejorativamente a comparação. Ressalta que a Corte de Honra é um órgão extremamente importante. Nesse sentido, entende que precisamos auxiliar a disseminação dos conceitos de gestão institucional, sem abandonar os nossos valores basilares. SARAH afirma que, para não ser repetitiva, colaborando com os conselheiros com que a antecederam, destaca a importância dessa temática e do programa de Integridade. Lembra que foi aprovada por unanimidade do Conselho a Resolução que instituiu o programa. Ressalta que devemos incorporar os valores da governança institucional sem deixar de lado os valores fundamentais do Movimento Escoteiro, e que precisamos pensar melhor nas estratégias de como se disseminar o tema para que todos tenham um entendimento pleno do porquê e da necessidade disso. Salienta que como escotistas já temos noção da consequência dos nossos atos e da responsabilidade pela vida dos jovens. Que a responsabilidade não é uma novidade para os nossos voluntários. Entende que precisamos aperfeiçoar a abordagem sobre o tema



em toda a instituição, de modo que não seja visto como algo imposto, mas como algo necessário. Que precisamos fazer com que isso não fique só nos órgãos de gestão, mas chegue também na base. Que capacitações sobre a temática são necessárias para todos os associados, pois só assim vamos crescer, não só numericamente, mas qualitativamente para se manter a UEB sempre próspera. MACEDO esclarece que quando fez a comparação entre a Corte de Honra e os órgãos da alta administração da instituição, não foi para tratar a Corte de Honra de forma pejorativa, mas sim para evidenciar as responsabilidades da alta administração, pois é importante separar a responsabilidade administrativa e o mundo ideal. Ressalta que já viu nas nossas Assembleias Gerais, quando do julgamento de processos disciplinares que geraram malversação do dinheiro da nossa instituição, se evocando a Lei e Promessa para complacência. Destaca que não podemos usar a Lei e a Promessa para flexibilizar desvios de conduta. Lembra que quando foi lançado o Código de Conduta, surgiram manifestações de que isso não seria necessário, pois bastaria a Lei e Promessa. Mas, salienta que, infelizmente, vemos desvios de conduta que não podem ser tolerados, sobretudo, em interações com a sociedade, penalizando todos os nossos associados. Entende que possa ter soado agressiva a comparação com a Corte de Honra, mas não teve intenção pejorativa e sim separar o que é ferramenta educativa do que é responsabilidade administrativa da instituição. LEONARDO afirma que o *compliance* começou nos EUA em 2007/2008 por conta de casos de corrupção de empresas estrangeiras, e que o Brasil já tem uma lei anticorrupção. Ressalta que quando temos um programa sério de integridade, *compliance*, governança, caso aconteça algo que gere uma demanda judicial, por exemplo, isso protege os gestores e pode atenuar os fatos. Salienta que também temos riscos de imagem, não só financeiro, e precisamos zelar por nossa imagem. Que agir em conformidade é muito importante para nossa atuação como gestores. Também esclarece que quando tratou da Corte de Honra, não o quis fazer de forma pejorativa, mas evidenciar que no CAN não somos uma Corte de Honra, que é uma ferramenta educativa para os jovens, mas administradores da instituição. LEONARDO sublinha que o tema de governança institucional não é só dele, mas de todos os administradores e está satisfeito de estar numa composição do Conselho que está avançado nesse tema. Reforça que os líderes máximos da organização devem incorporar os princípios do programa e praticar sempre, a fim de transformarmos a instituição num agente ético e íntegro, para jamais sucumbirmos em casos críticos.

A reunião é interrompida às 12h para o intervalo do almoço. Às 13h05min. os trabalhos são retomados.

Comissão Permanente de Envolvimento Juvenil: MANIQUE explica que a proposta é uma continuidade do trabalho que já estão vivenciando dentro do Conselho. Lembra que temos no plano estratégico objetivos relacionados ao envolvimento juvenil e que, em agosto deste ano, tivemos a aprovação da PNEJ. Num diálogo com o FELIPE, propôs a criação de uma comissão permanente com o escopo acompanhar a implementação da PNEJ. FELIPE apresenta a [proposta](#) de criação da Comissão Permanente de Envolvimento Juvenil. Salienta que, estabelecida a PNEJ, é uma tarefa do Conselho acompanhar a sua implementação. Ressalta que a Rede Nacional de Jovens Líderes (RNJL) é uma peça central da PNEJ. Observa



que a Comissão Permanente de Envolvimento Juvenil será uma ligação da RNJL com o Conselho. Notícia que, em breve, depois da próxima Assembleia Nacional, deveremos ter um regulamento atualizado da RNJL. Lembra que a proposta de criação da comissão permanente foi enviada por e-mail no último dia 14 out para apreciação. MANIQUE reforça que a proposta de criação da Comissão Permanente de Envolvimento Juvenil foi feita nos termos do Regulamento do CAN, o qual permite a criação de GT's temporários e Comissões Permanentes. Pretende que a proposta seja deliberada nesta reunião do CAN, e depois, por e-mail, ocorram as manifestações de quem tiver interesse de compor a comissão. MAGU diz que foi perguntado há duas semanas se uma pessoa da sua idade pode fazer parte do envolvimento juvenil. MANIQUE esclarece que a comissão permanente proposta é aberta a participação de qualquer membro do CAN, independentemente da idade e gênero. Quanto à PNEJ, lembra que ela trata dos membros juvenis e dos jovens de 18 a 26 anos da RNJL. Entende que para que haja o diálogo intergeracional, é importante termos conselheiros de todas as idades na comissão. FELIPE reforça que a PNEJ tem como objetivo atender os membros juvenis e jovens líderes, mas que têm papel na política todos os associados, especialmente os dirigentes, pois é fundamental que os adultos tenham conhecimento do que prevê a PNEJ para que sejam aplicadas suas ferramentas. LEONARDO tem uma dúvida sobre como está prevista a composição da comissão proposta. Acha importante que, se não está previsto, alguém da DEN ou do Escritório Nacional que trabalhe na área de métodos educativos faça parte da Comissão, por conta da expertise da área para contribuir. MANIQUE entende que podemos pensar nisso, mas frisa, que, por enquanto, o objetivo é aprovar o escopo da comissão para, em seguida, se defina a sua composição. Colocada pela presidente a proposta em votação, foi aprovada por unanimidade dos presentes a criação da Comissão Permanente de Envolvimento Juvenil, com abstenção de ADRIANO, MUSSIO e RENATO, por não estarem presentes no momento da votação. ISABELLY pede para que MANIQUE e FELIPE apresentem, o mais breve possível, aos demais conselheiros como podem fazer parte da comissão criada.

Informes dos Jovens Líderes: FELIPE lembra que ele e NATHÁLIA estão desde a última reunião do CAN como representantes da RNJL no CAN. FELIPE faz uma [apresentação](#) do que foi feito pela RNJL de agosto a novembro/2020, desde a última reunião do CAN. Relembra a estrutura do Núcleo Nacional de Jovens Líderes (NNJL), composta por dois comunicadores e dois coordenadores eleitos e por gerentes nomeados, sendo que atualmente há gerentes para as áreas de eventos, governança, métodos educativos, relações institucionais e desenvolvimento institucional. Ressalta a novidade da nomeação de dois gerentes de expansão, com o objetivo de atender de forma mais próxima, por meio da RNJL, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Salaria que, com a PNEJ, começaram a ter base regulamentar para desenvolver núcleos que atendem mais de uma Região Escoteira, onde não há um grande número de jovens líderes. Diz que esperam que até a próxima reunião do CAN tenham mais Regiões participando da RNJL. Salaria que a Ouvidoria tem sido uma ferramenta de contato da RNJL com o NNJL para feedback e proposição de novos projetos. Lembra que foi apresentado na última reunião do CAN o projeto que ocorreu durante todo o mês de agosto e começo de setembro, o Protagoniza Jovem, em comemoração ao mês de agosto que é o mês da juventude. Relata que em cada sessão do projeto foi tratado um tema diferente, com base nos temas da cartilha "Envolvimento em Organizações da Juventude"



lançada no final de agosto. Explica que foram cinco encontros semanais, do início de agosto à primeira semana de setembro, com convidados de fora e dentro do Movimento Escoteiro. NATHÁLIA explica que o objetivo da cartilha “Envolvimento em Organizações da Juventude” é deixar mais acessível aos jovens quais organizações de juventude da Sociedade Civil organizada podem se integrar, entender o que é e aplicar juventude, e como ocupar seus espaços. Esclarece que o Encontro Nacional de Núcleos Regionais foi uma estratégia para o NNJL ficar mais próximo dos núcleos regionais, de modo a entender suas dificuldades. Por ser virtual, no Encontro conseguiram ter uma participação efetiva de todos os estados brasileiros. Relata que no Encontro tiveram uma discussão sobre a comissão de reformulação da regulamentação da Rede, à luz da PNEJ, comissão esta formada pelo NNJL e representantes da RNJL de todos os estados. FELIPE esclarece que estão se referindo a estados e não Regiões Escoteiras, porque não é preciso ter um Núcleo Regional ou Região Escoteira constituída para se participar da Rede. Informa que tiveram vinte estados representados no Encontro, sendo que dentre esses, cinco não tem Núcleo Regional ativo. Ressalta que ainda faltam sete estados se fazerem representar para o processo ser o mais democrático possível. NATHÁLIA discorre sobre o Rede Padrão, similar ao Grupo Padrão, mas com objetivos distintos. Explica que o Rede Padrão consiste numa série de objetivos para se avaliar o desempenho dos núcleos regionais. Salienta que neste ano de 2020, por conta de uma novidade estabelecida pela PNEJ, haverá o reconhecimento da Região Escoteira destaque em envolvimento juvenil. Sublinha que o objetivo do reconhecimento é que a anualmente cada núcleo regional se supere, não que compitam entre si. NATHÁLIA relata que houve o curso interamericano JobWise, promovido pela Fundação Wadhwani, de forma online, no qual foram tratados de temas voltados à formação profissional dos jovens, tais como empreendedorismo e mercado de trabalho, e ela e FELIPE participaram como representantes do Brasil. NATHÁLIA relata também que foi finalizado nesta semana um processo seletivo para seleção de dois representantes da RNJL para participar do curso de governança institucional e programa de integridade que ocorrerá em novembro, no qual foram selecionados os jovens líderes Ana Clara de SP e Cassiano Martins do RS. FELIPE esclarece que como ele e Nathalia não poderiam participar, devido a outros compromissos, resolveram fazer um processo seletivo para ocupar as vagas destinadas à RNJL para o curso de governança e integridade. Em relação ao curso interamericano JobWise da Fundação Wadhwani, ressalta que a Fundação entende que o Movimento Escoteiro é um dos seus públicos-alvo e a proposta é que no futuro esse curso seja proporcionado para os jovens brasileiros. FELIPE relata que houve um programa do “Debate em Rede”, fruto de GT que já foi coordenado no passado pelo MANIQUE, e agora foi retomado com um debate sobre Educação e Quarentena, com convidados externos, cuja gravação está disponível no Facebook e Youtube da RNJL. Relata que também houve um posicionamento da RNJL sobre a questão racial nos Escoteiros do Brasil, suscitado pelo Matheus Valois, e para o qual tiveram retorno positivo de alguns membros do CAN. Além disso, tiveram um pronto retorno da DEN, por meio da Equipe de Diversidades, com a implementação no PAXTU do campo para informação sobre cor/etnia na ficha do associado para geração de censo. FELIPE informa que o Encontro Nacional de Jovens Líderes 2020 vai acontecer de forma online no segundo final de semana de dezembro e em breve serão lançadas mais informações. Por fim, FELIPE salienta as ações em desenvolvimento: publicação da atualização do Plano de Ação da RNJL;



ação em parceria com a Equipe Nacional de Migração e Refúgio, com a realização em novembro de uma semana temática sobre o assunto que culminará num webinar; renovação do baú de projetos da RNJL; indicação da coordenação e processo seletivo para a equipe do MutCom 2021, uma vez desde 2019 a coordenação do Mutcom está a cargo da RNJL. NATHÁLIA solicita a todos que acompanhem as mídias sociais da RNJL e agradece a pela atenção dispensada. LEONARDO elogia o trabalho da RNJL, pelo estreitamento do relacionamento entre os jovens e adultos que estão fazendo, e entende que informes sobre os trabalhos realizados são muito importantes, pois a RNJL é uma boa ferramenta de envolvimento juvenil. MANIQUE destaca o excelente trabalho da RNJL, que é motivo de orgulho, e vê como muito importante a ampliação do NNJL, com a nomeação de gerentes, como os de expansão, para atingir públicos que antes não eram atingidos. Salienta que é telespectador dos “Redes em Debate” e entende como fundamental que continuem sendo convidados especialistas externos das áreas de educação e juventude, pois tem sido muito rico o diálogo dos Escoteiros do Brasil com outras organizações do Terceiro Setor e do Poder Público por meio dessas parcerias estabelecidas. Ressalta que o Núcleo existe para unir as pontas, mas o trabalho é em rede, em conjunto, e que estamos no caminho certo. ILKA parabeniza a RNJL pelos trabalhos realizados. CHRISTIAN também parabeniza os trabalhos realizados e pelo envolvimento, profissionalismo e dedicação que os jovens envolvidos têm demonstrado. ROBSON reforça que é importante parabenizarmos os esforços da RNJL. Como alguém que atua na área de infância e juventude e na educação formal, entende que é importante que o Movimento Escoteiro estabeleça diálogos com espaços e organizações de juventude, e é muito satisfatório investirmos nisso, como a Rede tem feito. MAGU diz que há cinquenta anos estamos batalhando para isso e agora está acontecendo. Quer que a juventude faça as pessoas pensarem com inovação e criatividade. Diz que é uma preocupação que tem como educador. FELIPE agradece todo o apoio dos conselheiros e participação nas *lives* e ações na RNJL. Concorda com MAGU que a RNJL tem de fazer as pessoas pensarem, mas que também sejam transformadoras da sociedade. Salienta que a cartilha “Envolvimento em Organizações da Juventude” apresenta onde os jovens podem se envolver para transformar a realidade, mas que não há coisas destinadas somente para os jovens líderes na cartilha. Quanto ao posicionamento sobre a questão racial, FELIPE esclarece que foi um posicionamento do Matheus Valois que foi apoiado pela RNJL e apresentado ao Conselho, o qual foi divulgado apenas nas mídias da RNJL, não no site nacional. ISABELLY esclarece que foi um posicionamento da RNJL e não um posicionamento institucional sobre o tema que ainda está sendo tratado no GT de Posicionamento Institucional.

Relatório de atividades do Membro do Comitê Interamericano: RUBEM agradece a oportunidade, parabeniza os 96 anos da UEB comemorados na última quarta-feira e espera que daqui a quatro anos possamos fazer uma bela comemoração do centenário da instituição. Lembra que no ano passado, a LÍDIA apresentou o relatório em seu nome. RUBEM faz a apresentação do [relatório](#) dos seus dois anos (2019-2020) de atividades no Comitê Escoteiro Interamericano. LEONARDO parabeniza o RUBEM pelos trabalhos realizados, com grande carga de responsabilidade, e pergunta como a UEB é vista pela Região Interamericana. Frisa que durante o JamCam 2020 soube que a gestão de riscos feita durante o evento foi elogiada pelo Comitê Interamericano. Também gostaria de saber como



os temas de governança institucional e *compliance* estão sendo tratados em nível Interamericano. RUBEM relata que a UEB é uma referência e muito respeitada pelo nível Interamericano. Lembra que temos membros do nosso quadro profissional atuando como consultores do nível Interamericano (Marcos “Kiko”, VITOR e LUIZ), os quais são muito respeitados. Ressalta que somos tidos como referência nas áreas de Programa de Jovens e Gestão de Adultos. Sublinha que em 2019 o efetivo do Brasil era o segundo da América, sendo o primeiro o da BSA. Diz que o JamCam 2020 reforçou a boa imagem da UEB junto à Região Interamericana. Em relação à governança, RUBEM esclarece não saberia falar sobre, porque não é assunto que não está acompanhado muito de perto, pois atua mais na parte de Métodos Educativos, Meio Ambiente e Alianças Estratégicas do Comitê Interamericano. MACEDO agradece o reporte do RUBEM e gostaria de saber como as outras organizações escoteiras nacionais estão lidando com a crise gerada pela pandemia, tais como redução de efetivo, crise financeira, etc. RUBEM diz que haverá uma reunião do Comitê Interamericano em novembro próximo, na qual esse assunto será tratado, e na próxima reunião do CAN ou por e-mail pode fazer um reporte sobre essa reunião. Salienta que, em geral, as associações escoteiras nacionais que dependem muito financeiramente do governo foram mais impactadas. Ressalta que na Região Interamericana, assim como em nível mundial, tivemos uma queda de cerca de 30% do nosso efetivo. Entende que as medidas adotadas pela UEB para mitigar os impactos da pandemia foram muito similares as adotadas pelo nível mundial. MAGU diz que já foi duas vezes à Cuba e vê como um bom local para se praticar Escotismo, mas politicamente acha complicado, devido aos nossos valores e método. RUBEM relata que foi o Frei Beto quem mediou a reunião em Cuba e o contato com o gabinete da presidência do país. RUBEM lembra que Frei Beto foi escoteiro e que o Frei lhe disse que temos que ter uma paciência histórica para o retorno do Movimento Escoteiro em Cuba, a exemplo do que ocorreu com o reconhecimento da Igreja Católica por lá. RUBEM diz que uma das estratégias que têm sido adotadas é contar com o apoio dos organismos internacionais, como a FAO, para o retorno do Movimento Escoteiro no país, mas é algo que devemos aguardar o processo histórico. Destaca que o líder dos Pioneiros Exploradores em Cuba é um entusiasta do Movimento Escoteiro. Lembra que o Escotismo em Cuba foi muito forte até a Revolução Cubana, todavia, a associação de escoteiros à época era muito ligada aos EUA e o Movimento Escoteiro passou a ser entendido como um canal de espionagem americano, por isso foi proibido em Cuba. Contudo, ressalta que há registros históricos de Fidel Castro elogiando o apoio dos escoteiros durante a Revolução Cubana. ROMEU parabeniza o RUBEM pelo trabalho e gostaria de saber o panorama como as outras associações escoteiras nacionais da Região Interamericana foram impactadas pela pandemia, mas já foi esclarecido pelo RUBEM em resposta ao MACEDO. ISABELLY agradece os relatos feitos pelo RUBEM. RUBEM se coloca à disposição do nível Nacional e das Regiões Escoteiras para ajudar no que for necessário.

Pedido de TO para mudar de área geográfica: ISABELLY lembra que quando da criação da Região Escoteira do Tocantins (TO), ela fazia parte da Área Geográfica do Centro-Oeste, por determinação do CAN, mas depois, a Diretoria Regional de TO solicitou ir para a Área Geográfica Norte. Mais tarde, a Diretoria Regional de TO pediu para voltar à Área Geográfica do Centro-Oeste. Na ocasião, o CAN solicitou à Diretoria Regional para que consultasse a Assembleia Regional sobre isso. Por conseguinte, a Assembleia Regional, quase por



unanimidade, manifestou o interesse em retornar a Região TO para a Área Geográfica Centro-Oeste. ISABELLY diz que RODRIGO consultou as Diretorias Regionais do Centro-Oeste e todas foram favoráveis à Região TO voltar para a Área Geográfica do Centro-Oeste. ISABELLY salienta que, infelizmente, não conseguimos consultar as Diretorias Regionais da Área Geográfica do Norte, pois estamos sem representante dessa Área Geográfica no CAN. RODRIGO corrobora que consultou todas as Diretorias Regionais do Centro-Oeste e todas foram favoráveis ao retorno da Região TO para a Área Geográfica Centro-Oeste, pois as realidades do TO são próximas dessa Área Geográfica. CHRISTIAN pergunta se existe alguma normativa que impeça a deliberação da Região TO voltar para a Área Geográfica Centro-Oeste, e se não haverá nenhum desconforto de terem sido consultadas somente as Diretorias Regionais do Centro-Oeste e não suas Assembleias Regionais também. ISABELLY esclarece que as questões relativas à determinação de Área Geográfica são de competência estatutária do CAN. MACEDO salienta que a Região TO tem um problema de falta de adultos, pois foi criada com poucas Unidades Escoteiras Locais, e há alguns meses a Região TO está recebendo assessoria técnica da Região Escoteira do RS e tem sido muito positiva essa colaboração. MUSSIO lembra que essa matéria já havia sido aprovada, só ficando pendente a consulta às Diretorias Regionais do Centro-Oeste sobre a aceitação da Região TO retornar à Área Geográfica. MUSSIO diz que foi ele quem apresentou o assunto ao CAN. ISABELLY diz não lembra dessa decisão e que isso não ficou consignado em ata. Colocada pela presidente a proposta em votação, foi aprovada por unanimidade dos presentes o retorno da Região TO à Área Geográfica Centro-Oeste, com abstenção de ADRIANO e RENATO, por não estarem presentes no momento da votação. MANIQUE lembra que essa decisão precisa ser consignada numa Resolução do CAN. BIBIANA, atual Diretora Presidente da Região TO presente à reunião neste momento, agradece a decisão tomada.

ISABELLY concede um intervalo de 15 minutos na reunião.

Discussão da Política de Gestão de Riscos: LEONARDO lembra que no último dia 17 de outubro encaminhou, via e-mail, a proposta da política de gestão de riscos para apreciação do CAN, depois de ser apreciada pela Comissão Permanente de Governança Institucional. ROBERLEI pergunta se devemos adotar a terminologia “Escoteiros do Brasil” ou “União dos Escoteiros do Brasil” nos nossos documentos oficiais. LEONARDO diz que está utilizando Escoteiros do Brasil, considerando o que está proposto no novo estatuto. ROMEU não vê problemas em se utilizar Escoteiros do Brasil, pois seu uso já está sendo consagrado, mas pergunta o porquê estamos utilizando “da” e não “dos” Escoteiros do Brasil. Entende que isso precisa ser estudado linguisticamente para se verificar o uso mais correto. ISABELLY diz que isso deverá ser estudado antes da publicação oficial do documento. LEONARDO ressalta que já foi levantada a necessidade de se ter um manual de redação para uniformização dos termos nos nossos documentos oficiais. MAGU informa que consultou professor de português e a forma mais correta é se grafar “dos Escoteiros do Brasil”. MANIQUE sugere que LEONARDO apresente de maneira geral o conteúdo da política e depois voltemos aos destaques. LEONARDO diz que não gostaria de fazer a leitura completa do documento, pois já foi disponibilizado previamente. Pensa que devemos discutir somente os destaques. Salienta que ainda não serão votados, mas apenas discutidos na reunião de hoje. SARAH



sugere ler todos os destaques feitos antes de passarmos à discussão. ROMEU pergunta porque não votaremos hoje. ISABELLY esclarece que qualquer política para ser votada, deve ser encaminhada ao CAN trinta dias antes da data da reunião, conforme o disposto no regulamento do Conselho. CHRISTIAN pergunta se por ser uma política institucional, não deveria passar pela Comissão de Políticas Institucionais (CPPIs). LEONARDO esclarece que políticas da área de governança institucional precisam passar apenas pela Comissão de Governança Institucional. MANIQUE explica que como agora o texto não será apreciado para votação, mas para uma discussão mais ampla, quando for submetido para votação, deverá ter um parecer da CPPIs. LEONARDO faz uma apresentação geral do texto, fazendo os destaques. MANIQUE diz que a política é curta, conceitual, mas poderia ser ainda mais afinada, no sentido de que cabe ao CAN a aprovação desta política, por competência estatutária, mas a sua gestão e acompanhamento é uma tarefa mais executiva do que estratégica. Entende que o CAN deve definir as competências estratégicas e da DEN, sendo de competência da DEN definir depois como serão as estruturas executivas, como o Comitê de Gestão de Riscos, por exemplo, sem necessidade de definição disso por parte do CAN. LEONARDO esclarece que a descrição das estruturas executivas que constam no texto proposto, como a Diretoria de Integridade, Comitê de Gestão de Riscos, etc. tem por objetivo facilitar o seu processo de estruturação, mas podemos alterar isso. ROBERLEI sugere que as atribuições executivas especificadas para a Diretoria de Integridade, Comitê de Gestão de Riscos, etc. sejam tão somente atribuições da DEN, pois são de caráter executivo, uma vez que hoje, por exemplo, temos uma Diretoria de Integridade, mas em outro momento, podemos não ter. ROMEU e MUSSIO corroboram a sugestão do ROBERLEI. MANIQUE entende que nas políticas precisamos deixar claro quais estruturas já existem e quais ainda não. LEONARDO concorda que precisamos destacar nos documentos os órgãos que ainda estão em processo de construção, pois ainda estamos montando as peças da governança institucional, num processo que demora de 2 a 5 anos para acontecer. MANIQUE reforça que não cabe ao Conselho definir as estruturas executivas que executarão a política. Em relação ao Comitê de Gestão de Riscos, ROBERLEI entende que “supervisionar” não é o melhor termo a ser utilizado. FELIPE concorda com o ROBERLEI que “supervisionar” também não é o melhor termo e propõe a substituição pelo termo por “avaliar”. MANIQUE salienta que precisamos nos atentar para não definir as estruturas executivas, cuja responsabilidade é da DEN. SARAH pondera que órgãos executivos que não cabem ao CAN instituir não devem constar na política. SARAH tem dúvida se o Comitê de Gestão de Riscos e Integridade é a mesma coisa, se o atual Comitê de Integridade será ampliado ou separado entre Gestão de Riscos e Integridade. LEONARDO esclarece que o Comitê de Gestão de Riscos será instituído pelo CAN e será formado pelo Comitê de Integridade e demais diretores nomeados. CHRISTIAN pergunta quem serão os Diretores nomeados. LEONARDO explica que cada nível institucional deverá fazer essa nomeação. CHRISTIAN sugere especificar melhor isso no texto. SARAH demonstra preocupação com a concentração de funções e sugere que a nomenclatura fique apenas Gestão de Riscos e não Gestão de Riscos e Integridade. LEONARDO esclarece que o Comitê de Integridade faria parte do Comitê de Riscos, pois trata de assuntos de Integridade que geram riscos. SARAH sugere melhorar a redação para deixar claro como é composto o Comitê de Gestão de Riscos e Integridade. MANIQUE diz que não cabe mais previsão da composição do Comitê de Gestão de Riscos e Integridade, pois suas



atribuições e responsabilidades foram unificadas nas atribuições DEN, a qual decidirá sobre as melhores estruturas para sua execução. LEONARDO ressalta que precisamos definir se o Comitê de Gestão de Riscos e Integridade deverá estar mais ligado ao CAN ou à DEN. FELIPE entende como o MANIQUE de que o Comitê não precisa ser definido por estar dentro das estruturas executivas, e pergunta qual a necessidade de termos um Comitê, uma vez que já temos Comissões Permanentes que poderiam suprir essa necessidade. MANIQUE destaca que nesse caso parece que estamos criando estruturas que não precisam existir. PAULA esclarece que o Comitê de Gestão de Riscos tem como finalidade tratar da gestão de riscos da instituição de forma permanente, para não haver necessidade de ser criar um comitê para cada risco, como o que foi criado para a pandemia, por exemplo. SARAH pergunta se o Comitê de Gestão de Riscos estaria vinculado ao CAN. LEONARDO esclarece que sim. ROBSON pensa que precisamos dar um passo para trás para conseguirmos enxergar o todo. Entende que se for um comitê permanente de gestão de riscos institucionais de forma mais ampla, teria uma função mais estratégica do que executiva e faria sentido estar vinculado ao CAN. LEONARDO tem o mesmo entendimento do ROBSON, pelo papel estratégico desse comitê. SARAH pondera se não seria o caso de buscarmos uma consultoria externa com profissionais especializados da área de gestão de riscos, assim como a WOSM fez para a elaboração de sua política de gestão de riscos, para termos um melhor entendimento dos termos da política proposta. LEONARDO informa que solicitará à presidência do CAN abrir um diálogo, por meio do RUBEM, com o Comitê Interamericano sobre o tema de governança institucional. LEONARDO afirma que se sente confortável com a elaboração dessa política, pois foi feita por profissionais da área e vai informar a todos os currículos desses profissionais que estão colaborando com a elaboração dos documentos. LEONARDO salienta que devemos definir a qual órgão o Comitê de Gestão de Riscos vai estar ligado e como será composto. Entende que deva ser ligado ao CAN por seu papel estratégico. SARAH diz que ainda estamos um pouco inseguros com o assunto, por isso a importância de um olhar externo, como uma consultoria *pro bono* para isso. LEONARDO pensa que devemos avaliar melhor essa proposta, pois é temerária, se não faremos isso para todas as outras políticas também. MANIQUE acha inadequado criar numa política institucional uma instância a mais como o Comitê, pois o que é executivo está na DEN e o que estratégico está no CAN. Frisa que precisamos entender se devemos ter órgão a mais ou não para a Comissão de Governança Institucional poder fazer uma proposta mais adequada do texto para votação do CAN. Destaca que, como foi citado no texto o termo “risco negativo”, ele precisa ser conceituado na política. MAGU entende que como é um assunto muito novo, precisamos nos debruçar mais sobre a proposta e estabelecer uma data para posicionamento e definição. Sugere se fazer uma releitura mais aprofundada do documento, consultar especialistas e se estabelecer um prazo para resolução. LEONARDO ressalta que em vinte dias, desde que a proposta foi enviada por e-mail, o Conselho não suscitou nenhuma dúvida. Que a proposta já passou pela Comissão de Governança Institucional do CAN. Entende que podemos rever os itens, mas devemos ser mais céleres no processo. Que podíamos estar fazendo esse debate desde que o texto foi submetido via e-mail para apreciação, pois agora vamos ter que aumentar o prazo e no cronograma inicial estava a data de hoje para discussão do texto. Pede aos demais conselheiros que, numa próxima vez, a discussão ocorra via e-mail, antes da reunião, para não atrasarmos o cronograma. Salienta que por isso vai ter



de reorganizar o cronograma que inicialmente tinha previsto para que a política de gestão de riscos fosse aprovada em dezembro/2020. LEONARDO destaca que, de acordo com o cronograma inicialmente estabelecido para a elaboração da política de gestão de riscos, depois desta reunião do CAN, deveríamos entrar em processo de revisão da política para a votação ocorrer entre 15 e 30 de novembro. Ressalta que muitas ações previstas estão dependendo dessa política, e gostaria que a política fosse aprovada até 15 de dezembro próximo. Lembra que o texto está em discussão pelo Conselho/Comissão de Governança desde julho deste ano. ROBERLEI entende que são poucos pontos a serem discutidos ainda, então logo a política deverá ser aprovada. Salienta que o ponto que estamos discutindo agora é se o Comitê de Gestão de Riscos está no plano tático ou estratégico. PAULA esclarece que a política foi criada com base na metodologia de gestão de riscos COSO, válida mundialmente. Salienta que tem pessoas especializadas em mapeamento e gestão de riscos dentro da equipe de integridade. Sublinha que a política contém as regras gerais sobre os riscos e de como deverá ser feito o mapeamento desses riscos, mas que o mapeamento será feito depois da aprovação da política. Esclarece que o Comitê de Governança e Integridade não faz a avaliação e adoção do plano de ação, mas sim o Comitê de Gestão de Riscos. Que o Comitê de Governança tem como função a criação das políticas e não a sua implementação. Ressalta que o Comitê de Gestão de Riscos é importante para fazer uma ponte entre a DEN e o CAN sobre o tema. Compreende que compete ao CAN decidir se o comitê vai ser mais tático ou estratégico, mas lembra que o Comitê de Riscos deve ser permanente, não criado a cada crise, e deve fazer uso do mapeamento de riscos feito à luz da política. ROMEU compreende que LEONARDO quer que o processo seja célere para as coisas avançarem, mas não aceita a reprimenda feita por ele ao Conselho, a qual não teria se debruçado o material enviado anteriormente, pois fez a sua leitura e entendeu que o momento mais adequado para discussão seria nesta reunião, pois estamos, neste momento, fazendo a avaliação e discussão pelo CAN da proposta em reunião ordinária, conforme o cronograma estabelecido. Salienta que o material não está livre de crítica e estamos num bom caminho de discussão ampla do texto. Sugere como encaminhamento darmos guarida à proposta de cronograma já apresentado. Em relação ao Comitê de Gestão de Riscos, conforme proposto no documento, pensa que não cabe decidirmos se o Comitê é tático ou operacional, mas precisamos nos ater qual a natureza desse comitê. Salienta que hoje as comissões já fazem uma ponte entre DEN e CAN nos diversos assuntos. Entende que é uma questão mais de nomenclatura do que sobre a necessidade de existência do comitê ou não. PAULA ressalta a importância do comitê, dentro da metodologia COSO, como um órgão permanente que é geralmente ligado ao Conselho de Administração, por isso julga importante que seja mantida sua existência na política. LEONARDO lembra que foi sugerido por e-mail que as dúvidas e propostas fossem enviadas antes da reunião, para que pudesse preparar o material necessário para dinamizar a discussão. Pede mais atenção aos prazos e propostas, mas compreende que o processo de discussão mais ampla faz parte. Salienta que gostaria de sair desta reunião com texto mais consolidado para dar encaminhamento ao documento. ISABELLY corrobora a fala do ROMEU. Conferindo no escopo da Comissão Permanente de Governança Institucional, ISABELLY destaca que já existe a possibilidade de se implementar elementos da gestão de riscos, por isso, propõe não termos o Comitê de Gestão de Riscos, pois sua função seria suprida pela Comissão de Governança. PAULA reforça



que precisamos ter uma definição se teremos ou não Comitê de Gestão de Riscos para quando for votada a política, não entrarmos nessa mesma discussão. Sugere ao LEONARDO, por ser o responsável pela Comissão de Governança, que reveja o escopo da comissão no que concerne à gestão de riscos. ISABELLY lembra que os escopos das comissões não são definitivos e podem ser alterados, se necessário. SARAH e ROBSON pedem esclarecimento do encaminhamento para votação. ISABELLY propõe votar se o Comitê de Gestão de Riscos deve existir e ser vinculado ao CAN ou se as responsabilidades do Comitê devam ser do Conselho e o Conselho decidir como isso será tratado, lembrando que atualmente no CAN já há uma obrigação sobre gestão de riscos para a Comissão Permanente de Governança Institucional. ROMEU pondera que é preciso se levantar em conta a opinião técnica da PAULA sobre a importância de se ter o Comitê para o processo de Gestão de Riscos. Colocada pela presidente a proposta em votação, votam por existir o Comitê de Gestão de Riscos vinculado ao CAN, tal como proposto: ROMEU, MUSSIO, LEONARDO, DAYANNA, MAGU e ISABELLY. Votam pelo CAN assumir as responsabilidades que seriam do Comitê de Gestão de Riscos: MANIQUE, ADRIANO, SARAH, ROBSON, CHRISTIAN e THIAGO. Com abstenção de MARK e RENATO, por não estarem presentes no momento da votação. Empatada a votação, ISABELLY, apesar de ter a prerrogativa do desempate por ser a presidente, entende que devemos discutir melhor o assunto para quando for ser votada a política. ADRIANO afirma que não ficou claro qual o órgão estratégico que vai acompanhar as prerrogativas do Comitê ou Comissão. Ressalta que não tem problema em mudar seu voto para dar celeridade ao processo. Propõe ajudar a Comissão de Governança para finalizar o texto da política em até quinze dias. ADRIANO muda o seu voto, votando agora pela criação do Comitê de Gestão de Riscos vinculado ao CAN. FELIPE reforça que deixando para o CAN as responsabilidades que seriam do Comitê de Gestão de Riscos, não quer dizer que não será criado um Comitê de Gestão de Riscos. O preocupa que se firmarmos que vai haver um Comitê de Gestão de Riscos, isso possa engessar a estrutura, pois, se a Comissão Permanente de Governança Institucional entender que não deva mais ficar com atribuição da gestão de riscos, pode ser criada uma comissão permanente para isso. ROMEU frisa que a proposta como está posta em nenhum momento retira responsabilidades do CAN, apenas define a necessidade de termos um espaço com o objetivo de assessorar o CAN no monitoramento da gestão de riscos. Com isso, entende que seguimos uma boa prática no processo de gestão de riscos, e mostramos para quem está fora do Movimento Escoteiro que estamos de acordo com a boa técnica sobre o tema. MARK adentra a reunião e vota pela criação do Comitê de Gestão de Riscos vinculado ao CAN. ISABELLY explica que agora o texto volta para a Comissão de Governança fazer a revisão para, em seguida, encaminhar para votação do CAN. Nesse processo, ISABELLY sugere à Comissão de Governança verificar se não seria adequado alterar o nome de Comitê para Comissão Permanente de Gestão de Riscos, de modo a se manter as nomenclaturas que já usamos no Conselho.

ISABELLY concede um intervalo de 15 minutos na reunião.

Apresentação de estudo estatístico de dados sobre o Ramo Pioneiro, em contribuição às discussões apresentadas na 99ª Reunião: ROBSON destaca que na última reunião ordinária do CAN, tivemos uma sequência de assuntos que trataram do Ramo Pioneiro, tais



como Clãs virtuais, Clãs Autônomos, apresentação por uma associada de estudo sobre Seções Autônomas do Ramo Pioneiro. ROBSON diz que após a reunião foi procurado por um associado que gostaria de apresentar estudos estatísticos sobre o Ramo Pioneiro, em contribuição às discussões da reunião anterior do CAN em que o Ramo Pioneiro foi bastante pautado. Com a permissão da Presidência e dos demais membros do Conselho, ROBSON passa a palavra ao associado DANIEL San Gil para fazer a apresentação do estudo. DANIEL faz a [apresentação](#) de estudo estatístico de dados sobre o Ramo Pioneiro. LEONARDO parabeniza DANIEL pelo estudo e diz que o apresentado confirmou algumas percepções que tinha sobre o Ramo e já havia colocado para o Conselho. Pergunta à DANIEL se chegou a uma conclusão se o Ramo Pioneiro está sendo tratado forma de estratégica pela instituição como se preconiza. Pergunta também se a pesquisa avaliou os pioneiros registrados e os pioneiros efetivamente atuando como membros juvenis do Ramo Pioneiro, sem ter sua vivência prejudicada por sua atuação como escotista ou dirigente. DANIEL ressalta que é mestre pioneiro desde 2009 e já colaborou na coordenação nacional do Ramo Pioneiro. Com seu estudo, concluiu que o ramo não é estratégico, pois muitas Unidades Escoteiras não tinham nenhum membro registrado como sênior ou pioneiro. Se coloca à disposição para fazer o mesmo estudo dos demais Ramos. Entende que esses tipos de dados podem balizar a decisão, por exemplo, sobre o melhor lugar onde se fazer uma Aventura Nacional Sênior. Também coloca à disposição os dados para os Coordenadores Regionais de Ramos. Em relação a saber se os pioneiros que estão registrados são, de fato, pioneiros, esclarece que depende de uma análise qualitativa, por cada Coordenador Regional do Ramo Pioneiro, para checar isso. Destaca que o maior Clã Pioneiro do Brasil tem 81 pioneiros registrados em 2020, mas só tem 3 escotistas do ramo registrados como primeira função. MAGU diz que há 27 anos trabalha com pioneiros e agradece o trabalho feito pelo DANIEL. Afirma que gostaria de receber esses dados para analisar e pergunta se DANIEL fez o desvio padrão das estatísticas. DANIEL esclarece que não usou desvio padrão porque não tinha como identificar a margem de erro, pois há pioneiros registrados num ano que já podem ter deixado o ramo no mesmo ano. E também porque não tem a mesma quantidade de pioneiros e escotistas em todas as Unidades Escoteiras, mas salienta que em todos os dados fez uma contraprova. MAGU entende que pelos dados apresentados o Ramo Pioneiro não é estratégico e precisamos criar uma política de incentivo para isso. ADRIANO parabeniza o ROBSON por trazer um formato de participação direta dos associados na reunião do CAN, e parabeniza o DANIEL pelo trabalho, por sua preocupação em colaborar com o coletivo. Sugere verticalizar o ramo para uma análise mais científica. Entende que DANIEL deve avançar os estudos em outros anos para tentar fazer uma curva de compreensão do caminho do ramo. Se coloca à disposição para colaborar nisso. Ressalta que uma análise qualitativa dos dados é importante para basear uma evidência científica. Destaca que em SP já existe uma equipe de métricas e estatísticas e podem trabalhar em conjunto para produzir trabalhos científicos a serem apresentados em congressos e revistas do gênero. ILKA parabeniza DANIEL pelo trabalho e lembra que já trabalharam juntos algumas vezes e sabe da sua dedicação e comprometimento com o Ramo Pioneiro. Diz que no PR já estão fazendo um trabalho de dados sobre o Ramo Pioneiro e podem trocar informações. RAFAEL agradece a apresentação do DANIEL e corrobora a sugestão do ADRIANO de se transformar o estudo num trabalho científico. Salienta que se ter um escotista do Ramo Pioneiro



registrado como primeira função muitas vezes é uma questão administrativa da UEL, e pergunta qual seria a relevância disso para os dados do estudo. Sugere que nas próximas análises, diferente dos outros ramos, como o pioneiro também pode ser adulto voluntário, seria importante verificar os pioneiros que exercem a função também como escotista ou dirigente, pois há um debate longo na instituição sobre a pertinência de pioneiros serem escotistas ou dirigentes ao mesmo tempo. Parabeniza a iniciativa do ROBSON por trazer esse tipo de debate ao Conselho. DANIEL diz que se o mestre pioneiro não estiver registrado como primeira função, não aparece na extração de dados via PAXTU para análise quantitativa. Particularmente, entende que é importante o voluntário ter como primeira função a de mestre pioneiro pela dedicação aos jovens, mas sabe que muitos escotistas do ramo também são dirigentes. Todavia, pensa que a função de escotista deve vir antes da função de dirigente, pois é necessário se dedicar ao trabalho como escotista. Afirma que muitas vezes o Ramo Pioneiro não é estratégico para a UEL, não só em nível Nacional. Explica que somente teve acesso aos dados de pioneiros registrados como primeira função, pois aqueles que têm como primeira função escotista ou dirigente não têm como prioridade serem beneficiários do programa educativo. Ressalta que para o estudo teve acesso apenas a números e não a nomes. RAFAEL esclarece que é possível fazer uma extração dos dados via Paxtu para se saber a segunda função. MACEDO agradece a exposição do DANIEL que trouxe dados interessantes. Destaca que temos falado bastante do Ramo Pioneiro nas últimas reuniões e há um GT sobre aspectos do programa educativo do Ramo Pioneiro. DAYANNA parabeniza o DANIEL pela apresentação. Afirma que é entusiasta do Ramo Pioneiro e atuou como escotista do ramo nos últimos cinco anos. Entende que os dados nos mostram o quão não é estratégico o Ramo Pioneiro e confirma o senso comum de que os pioneiros, por serem maiores de idade, são deixados de lado. Reforça que vale a pena a continuidade do estudo. MANIQUE parabeniza a apresentação e ao ROBSON por trazer essa contribuição. Diz que os dados nos mostram que precisamos olhar para o Ramo Pioneiro de fato como ramo estratégico, pois o decréscimo do efetivo dos Ramos Sênior e Pioneiro mostra que não têm sido tratados como estratégicos. Discorda da premissa que não estar registrado na primeira função como pioneiro não é uma questão de prioridade se beneficiar do programa educativo, pois entende que é mais uma questão de caráter administrativo da UEL. Entende que é necessária uma análise qualitativa para se confirmar isso. Diz que é possível filtrar a primeira ou segunda função na extração de dados do Paxtu para se verificar o quanto isso impacta os números. Ressalta que precisamos cada vez ter momentos nas reuniões e na agenda de trabalho do CAN para tratar não só do Ramo Pioneiro, mas também do Ramo Sênior. DANIEL diz que o preocupa a infantilização do Movimento Escoteiro, pois isso nos faz refletir sobre o retorno do Escotismo para a sociedade, pois precisamos de jovens engajados que queiram transformar a realidade. Entende que uma atividade do Ramo Pioneiro tem um impacto muito positivo na sociedade em termos de transformação social. Salaria que gostaria de ter um estudo de quais associados entraram como lobinhos e foram até o Ramo Pioneiro. ISABELLY agradece ao DANIEL pela apresentação e reafirma que devemos refletir se realmente o Ramo Pioneiro é um ramo estratégico como preconizamos.

Proposta de Resolução para estabelecimento de parceria institucional com entidades mantenedoras de Grupos Escoteiros que ofertam atividades educativas para crianças com idade de 5 a 6 anos e meio para finalidade de estudo: ISABELLY rememora que o CAN



aprovou a criação de um GT para verificar se devemos adotar ou não o “Ramo Castor” na instituição, e que ROBSON está à frente desse GT. Ressalta que ROBSON encaminhou a proposta de resolução por e-mail há menos de 30 dias, o que não permite que seja votada hoje, de acordo com o previsto no regulamento do Conselho. Por isso, será feita nesta reunião uma discussão da proposta para depois ser votada por e-mail. ROBSON faz uma breve [apresentação](#) sobre o GT de Estudos sobre Castorismo instituído na 99ª Reunião Ordinária do CAN, seus objetivos, como os trabalhos têm se desenvolvido e seus próximos e sobre a proposta de resolução para estabelecimento de parceria institucional com entidades mantenedoras de Grupos Escoteiros que ofertam atividades educativas para crianças com idade de 5 a 6 anos e meio para finalidade de estudo. Lembra que o texto proposto para a resolução foi enviado previamente para apreciação do Conselho por e-mail e gostaria de aproveitar esta reunião para uma discussão mais ampla sobre os termos da resolução proposta. MACEDO afirma que há muitos anos tratamos do “Ramo Castor” na instituição, em especial na Região SP. Entende que essa experiência já deveria ter sido tentada. Conhece alguns grupos que têm essa experiência e que os que conhece, nenhum deles é pequeno. Salienta que as maiores associações do mundo contam com algo do tipo, como os EUA, Canadá e Inglaterra, reduzindo a idade para se ingressar no movimento Escoteiro. Salienta que em todos esses anos estivemos envoltos em mitos sobre o “Ramo Castor”, o qual infantilizaria o Movimento Escoteiro, mas as experiências têm demonstrado uma oportunidade de crescimento e fortalecimento da relação com os pais. Frisa que estamos perdendo a oportunidade de crescer com isso. Parabeniza a iniciativa de ROBSON, DAYANNA e MANIQUE. Ousa dizer que estamos perdendo tempo, pois já devíamos ter começado isso há alguns anos. Ressalta que os Grupos Escoteiros que têm essa experiência há mais de 15 anos já têm isso estudado e experimentado. MAGU acha que não deveríamos ter uma Seção do “Ramo Castor”, mas sim uma mobilidade na idade para ingresso e não um novo ramo. ISABELLY diz que não tem uma opinião 100% formada a respeito do “Ramo Castor”. Como ela não é da área de educação, entende que seria importante considerarmos as ponderações dos profissionais da área, especialmente de métodos educativos, sobre o tema. MANIQUE afirma que há os que acham que o “Ramo Castor” já deveria ter sido implantado e os que acham que não deva ser. Entende que o caminho da proposta de resolução de proposta de parceria para estudo com entidades que já tem a experiência do “Ramo Castor” é o melhor para subsidiar essa decisão. Salienta que dentro do GT, quem defendeu esse estudo mais amplo foram justamente os grupos que fazem parte da GRUTESCA, grupo de estudos sobre Castorismo, para se ter uma decisão fundamentada. DAYANNA diz que foi contemplada na fala do MANIQUE acerca do estudo que estão fazendo sobre o tema no GT, tanto prático quanto teórico, com especialistas de educação infantil. Esclarece que entrou no GT para saber qual será a nossa contribuição educativa como Movimento Escoteiro para a faixa etária. Entende que a proposta de resolução é importante para se fazer um estudo para o GT chegar a um parecer sobre o tema. ADRIANO afirma que já foi contemplado pela fala dos demais e entende que a proposta é um bom caminho para sairmos do empirismo e se basearmos em evidências científicas para tomarmos uma decisão a respeito. MUSSIO diz está de pleno acordo com a proposição apresentada e confessa que quando a proposta sobre o “Ramo Castor” foi apresentada ao CAN, no passado, tinha uma certa resistência. Mas agora, como a sociedade mudou e como o GT está



conduzindo o estudo, com anuência do Conselho e com a assessoria de profissionais especializados, é favorável. Salienta que precisamos sempre lembrar que somos uma instituição de educação, e, por isso, precisamos nos atentar qual será o programa educativo para essa faixa etária para que não seja apenas recreação. Finaliza parabenizando os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelo GT. ROBSON agradece todas as contribuições e ressalta que ele, SARAH, MANIQUE e DAYANNA estão disponíveis para tirar eventuais dúvidas. Reforça a importância de se fazer um estudo com evidências científicas para embasar as decisões. Lembra que agora não se trata da criação de um novo Ramo, mas sim de um estudo sobre atividades educativas para crianças de 5 a 6.5 anos e meio de idade, e com base em dados concretos, poderemos decidir qual o melhor caminho para atendê-las no Movimento Escoteiro, seja com a criação de um novo Ramo ou com a flexibilização da idade de ingresso. Para isso, sublinha que contamos com especialistas da área de educação no GT para um estudo técnico sobre a proposta.

Alteração da REGRA 178 – DISTINTIVO ADICIONAL DE IDIOMAS – Acréscimo do distintivo de LIBRAS: ISABELLY agradece a presença do LUIS AUGUSTO para fazer a interpretação em LIBRAS da apresentação da proposta. ROBSON agradece a presença do LUIS AUGUSTO e de alguns associados que contribuíram para trazer a discussão desse assunto no Conselho. Agradece a Alexandre Liber, Dalila Gonçalves, David Gallo, Luciano Trindade, Equipe Regional de Diversidade e Inclusão de SP, Profa. Ingrid Juliane da Secretaria Municipal de Educação de Campinas e THIAGO Bueno do Escritório Nacional. ROBSON lembra que encaminhou, previamente, por e-mail aos conselheiros a [proposta](#) de texto da alteração da regra 178 do Princípios, Organização e Regras (P.O.R), bem como do distintivo, acompanhados da legislação e parecer sobre a LIBRAS como idioma oficial do Brasil. Reforça que a proposta é agregarmos à regra 178 do P.O.R de que o jovem que conquistar a especialidade de LIBRAS no nível 3 ou o adulto que comprovar fluência em LIBRAS, possa utilizar o distintivo de acessibilidade em LIBRAS, porque identifica à comunidade surda quem é fluente naquele idioma, não só à comunidade surda interna do Movimento Escoteiro, mas também à comunidade surda brasileira. ROBSON ressalta que a proposta é dar visibilidade a esta questão, por isso quis apresentar essa questão que lhe foi trazida por três associados, em momentos diferentes, para uma reunião ordinária do CAN para dar o destaque que o tema exige. Salienta que não temos interpretação de LIBRAS para as reuniões do CAN. Afirma que quiçá a Resolução vá para além de um distintivo, quiçá possamos criar uma rede nacional de associados fluentes em LIBRAS que possam colaborar conosco em nossos congressos, *lives* e reuniões. Entende que é muito mais que um distintivo, que é um olhar para uma questão de inclusão. ROBSON projeta o vídeo com o recado ao Conselho do sênior David do Grupo Escoteiro Amazônia 438/SP, cuja mãe é interprete em LIBRAS e se tornou escotista. ISABELLY apoia a ideia de se criar o distintivo e diz que precisamos verificar no P.O.R. a regra que trata dos distintivos de idiomas, pois lembra que os distintivos adicionais de idiomas não são personalizados tal como os idiomas oficiais da WOSM. ROBSON pede que seja providenciado um distintivo próprio e, se necessário, mudemos a regra do P.O.R para que isso seja possível. ROMEU entende que o tema, pela sua importância, dispensa maiores comentários e parabeniza a iniciativa. Independente da mudança do regramento que tenhamos que fazer, entende que temos que fazer. Manifesta plena concordância à proposta e parabeniza ao ROBSON pelo trabalho. MANIQUE parabeniza o ROBSON pelo contato



constante com a base e por trazer os associados diretamente para o âmbito do Conselho. Concorda com a proposta tal qual foi enviada, de criação de um distintivo visual para fácil identificação, pois é importante para a inclusão preconizada pelo Movimento Escoteiro. SARAH diz se sentiu contemplada pelas falas do ROMEU e do MANIQUE e parabeniza o ROBSON por trazer uma questão como essa que parece tão evidente, mas que ainda não nos atentamos. Entende que passou da hora de fazermos essa adequação no P.O.R. Pensa que podemos aproveitar o momento também para se criar distintivos em braile para os cegos. RAFAEL parabeniza o ROBSON pela iniciativa e por estar sendo verdadeiramente um canal entre o associado e o Conselho. Diz que como representante de Área Geográfica se sente envergonhado, pois deveria estar fazendo mais isso. Afirma que gostou muito da proposta visual do distintivo acessível para comunidade surda e entende que a proposta apresentada está adequada. LEONARDO parabeniza o ROBSON pela iniciativa e lembra que temos uma lei nacional sobre acessibilidade. Salienta que com essa lei, as recepções dos órgãos públicos deveriam ter intérpretes de LIBRAS. Quando ROBSON falou a respeito de termos intérpretes de LIBRAS nos nossos eventos, LEONARDO diz que se lembrou dessa lei nacional. LEONARDO relata que tem uma assessorada que está fazendo um glossário sobre termos do Movimento Escoteiro em LIBRAS para apresentar à instituição, e que no desenrolar do trabalho, surgiu uma proposta de criação de um distintivo para sinalização à comunidade surda. Informa que irá passar o contato de sua assessorada Eliana para auxiliar nas questões de acessibilidade e inclusão. CHRISTIAN diz que não poderia deixar de registrar a satisfação com a apresentação da proposta pelo ROBSON e pela equipe de trabalho, pois é muito importante para a inclusão no Movimento Escoteiro e para a comunicação com a comunidade surda. MAGU agradece ao ROBSON por ter trazido um olhar sobre essa questão que, muitas vezes, passa despercebida. ISABELLY sugere não agregar a proposta à Regra 178 do P.O.R que trata sobre os distintivos de idiomas, mas sim se criar uma regra própria para distintivo de inclusão e acessibilidade que também contemple outras deficiências, como, por exemplo, um distintivo em braile. ROBSON agradece o espaço dado pelo Conselho para a manifestação e contribuição de diversos associados nesta reunião, pessoas que sentiram a necessidade e o usaram como canal para trazer essas pautas ao CAN Fica feliz que a partir desta questão possamos dar a devida importância para a inclusão e acessibilidade. Agora no debate virtual sobre a proposta, entende que o quanto pudermos agregar as questões de acessibilidade, será de grande importância para o nosso Movimento.

ISABELLY informa que os trabalhos serão retomados às 8h de domingo, em regime de reunião fechada, declarando encerrados os trabalhos do dia 7 de novembro de 2020 às 20h.

Às 8h10min. do dia 8 de novembro de 2020 (domingo), os trabalhos são retomados em regime de reunião fechada, com os registros desse período realizados em ata própria. Às 9:30 ISABELLY informa que a reunião passa a ser em modalidade aberta, dando continuidade aos demais assuntos da pauta, conforme a seguir.

Informes da DEN:

Atualização do Projeto Educativo: CELSO explica que será tratado rapidamente sobre o processo de atualização do projeto educativo dos Escoteiros do Brasil. Diz que está sendo



finalizando o documento que deve ser submetido para apreciação do CAN nesta semana. Ressalta que LUIZ, antes como profissional e agora como voluntário, continua à frente do processo. LUIZ faz uma breve [apresentação](#) sobre os avanços e próximos passos de atualização do projeto educativo. Lembra que o trabalho foi iniciado há mais de um ano, com um GT montado pela DEN, composto por profissionais, consultores, membros do CAN e da RNJL. Destaca que contamos com uma consultoria da WOSM nesse processo, de forma gratuita. Relata que foi realizada uma pesquisa com os associados sobre o que pensavam a respeito de pontos fundamentais em termos de conteúdo e valores a serem considerados no projeto educativo. Relata que também foi feita uma pesquisa de material, considerando o novo conteúdo da constituição da WOSM, o qual conta agora com oito pontos do método escoteiro, não mais cinco como antes. Com base nisso, foi elaborada uma proposta de texto no início deste ano para discussão. Discutido o texto com o GT, a proposta de texto foi colocada à disposição para contribuições das equipes nacionais e das Regiões Escoteiras. LUIZ informa que onze equipes nacionais e nove Regiões Escoteiras enviaram contribuições. Em seguida, foram sistematizadas todas as contribuições e o GT fez uma análise em três reuniões para isso. LUIZ conta que a proposta é atualmente composta por 136 parágrafos, fora os subtítulos. Desses, faltam apenas 34 parágrafos para análise. LUIZ entende que, em mais uma reunião do GT, consigam fechar o texto. Depois, serão feitos os ajustes de estilo e redação. Salienta que no Congresso Nacional Escoteiro deste ano foi feita uma oficina sobre a atualização do projeto educativo que teve uma boa participação. Relata que também foram realizadas reuniões com Regiões Escoteiras, *lives*, etc. sobre o tema. Destaca que a proposta agora é fechar o texto final e encaminhar, ainda neste mês de novembro, para apreciação do CAN. A proposta também deve ser encaminhada, antes do final deste ano, para a equipe de comunicação elaborar o projeto gráfico do documento. Salienta que será preciso aprovar na próxima Assembleia Nacional a alteração dos pontos do método escoteiro, pois são fundamentos do Escotismo. Todavia, entende que não deverá haver dificuldade, pois segue o que já foi feito no nível mundial. Com isso, teremos de apresentar o documento proposto do projeto educativo na Assembleia Nacional de 2021. Ressalta que é importante que o CAN aprove o mais rápido possível esse documento para que sigamos com os próximos estudos de atualização do programa educativo, uma vez que o projeto educativo é uma síntese do nosso discurso pedagógico, que, por sua vez, alimenta o discurso normativo que embasa o discurso estratégico. VITOR entende que LUIZ fez um panorama completo do processo e reforça que agora estão revisando cada ponto para garantir que os fundamentos estejam presentes no documento, e compreendendo o contexto atual da juventude e da sociedade para que esses elementos estejam presentes no projeto. CELSO estima que devem finalizar o texto no final desta semana, mas se algum conselheiro quiser ler antes, pode solicitar o texto para já começar a fazer uma análise. ISABELLY sublinha que precisamos enquanto Conselho dedicar tempo para esse documento para podermos definir a pauta da próxima Assembleia Nacional. ROBSON parabeniza a apresentação, pois reflete bastante o trabalho do GT, frisando que é um assunto de extrema importância, pois é o *core* da nossa instituição. Entende que seria ideal que pudéssemos ter uma reunião exclusiva do CAN sobre o tema antes da próxima Assembleia Nacional, a qual conte com participação dos membros do GT, pois é de grande importância que estejamos muito alinhados, tendo em vista que estamos tratando do nosso documento institucional mais importante, o qual



traduz a nossa razão de ser. RENATO pergunta ao CELSO se, do ponto de vista conceitual, a nova proposta do projeto educativo dialoga com a Política Nacional de Programa Educativo aprovada dois anos atrás. CELSO responde que foi feito esse link e ampliada essa visão para um plano mundial, com as Características Essências do Escotismo e a descrição do método escoteiro aprovada na última Conferência Mundial Escoteira no Azerbaijão. RENATO ressalta que é o tema que devemos dedicar o nosso maior esforço, porque é algo central que nos une.

Resolução que determina os procedimentos para o registro institucional e os valores da contribuição associativa para o ano-base de 2021; e Resolução que disciplina a prática do Escotismo no Brasil e os requisitos para o reconhecimento pela UEB das Unidades Escoteiras Locais e Regiões Escoteiras (unificação das Resoluções do CAN 09/2013, 07/2018, 04/2019 e 01/2020): CRISTINE lembra que o CAN editou em 2020 uma resolução que instituiu o registro individual online e outra que tratou da mudança da sistemática e validade do registro escoteiro para 12 meses. Explica que a proposta é unificarmos as resoluções que disciplinam a prática do Escotismo no Brasil para facilitar o acesso à informação. Destaca que a resolução que versa sobre os procedimentos para o registro é renovada anualmente e que a resolução que disciplina a prática do Escotismo nem sempre é atualizada a cada ano. Em relação à proposta de resolução, encaminhada via e-mail para apreciação do CAN, que determina os procedimentos para o registro institucional e os valores da contribuição associativa para o ano-base de 2021, CRISTINE ressalta que se não fossem os resultados do JamCam 2020 e se a pandemia tivesse nos atingido como atingiu, por exemplo, os Escoteiros do Reino Unido, estaríamos num momento da instituição mais delicado financeiramente do que estamos passando hoje. Salienta que tivemos uma redução de 30% do nosso efetivo e de 70% das nossas receitas comerciais. Sublinha que atualmente temos 77 mil associados, sendo que dentre esses, 64 mil fizeram suas renovações de registro até abril. Pondera que isso nos traz uma situação financeira bastante delicada. CRISTINE diz que a proposta para gerarmos receita em dezembro deste ano, de modo a conseguirmos dar conta das nossas despesas nos primeiros meses de 2021, é trabalharmos a aquisição de cotas de registro com desconto em dezembro, e a sugestão de que, excepcionalmente neste ano, visto a situação que estamos passando por conta da pandemia, que aquele associado que renovar em dezembro o seu registro para 2021 tenha o registro de 2020 regularizado automaticamente. Ademais, destaca na proposta que precisamos refletir se faz sentido mantermos o dispositivo para regularização de registros de anos anteriores, pois, com base num levantamento feito pelo setor de registros do Escritório Nacional, ele é pouco utilizado. Informa que nos últimos três anos, apenas duas ou três pessoas fizeram uso dessa prática. CRISTINE também destaca na proposta que, para fins de elaboração do censo anual, com a mudança da validade do registro para 12 meses, precisamos estipular uma data final para poder se gerar o censo, sendo proposta a data de 31 de dezembro como marco de referência. CRISTINE ressalta que com a mudança de validade do registro para 12 meses, não há mais necessidade de se ter valores da contribuição associativa anual variáveis por mês como era feito antes. Por isso, a proposta para o ano-base de 2021 é se manter o valor atual de R\$ 65 (sessenta e cinco reais) para a contribuição associativa anual nacional, e o valor de R\$ 59 (cinquenta e nove reais) para aquisição de cotas de registro e renovação do registro, com desconto, em dezembro. CRISTINE entende que



podemos, inclusive, unificar as Tabela A e B da proposta, já que não há mais diferença nos valores de renovação e inclusão. Por fim, CRISTINE informa que na proposta o valor para o registro provisório é de R\$ 7 (sete reais). LEONARDO parabeniza a DEN pela proposta de consolidar várias resoluções para ajudar no entendimento e assevera que o momento que estamos passando requer muita cautela. Que compartilha da preocupação da DEN em se equilibrar esses valores para mantermos a instituição. Lembra que o valor recebido da contribuição associativa anual pelo nível Nacional é, em parte, repassado às Regiões e, por sua vez, reinvestido nas UELs. MANIQUE diz que além de ser pouco utilizada, lhe chama mais atenção o próprio conceito de regularização de registro, considerando que em nossas normas exigimos o registro escoteiro para praticar o Escotismo. Observa que devemos refletir sobre isso enquanto Conselho e que isso não cabe mais no nosso contexto normativo. Em relação à proposta da data para geração do censo, entende que é apenas uma adequação à nova sistemática de registros. MAGU pergunta à CRISTINE se os valores propostos vão suprir as nossas atuais necessidades orçamentárias. CRISTINE esclarece que a peça orçamentária está sendo construída de modo a darmos fôlego para nossa instituição sobreviver ano que vem, mas sem perdermos o suporte profissional. Salienta que, como é de conhecimento do Conselho, enxugamos bastante nosso corpo profissional, mas entende que se enxugarmos ainda mais, podemos comprometer nossos projetos e atividades operacionais. Sublinha que atualmente a proposta orçamentária está em 400 mil reais negativos. Por isso, a DEN deverá apresentar como proposta ao CAN utilizarmos recursos dos resultados do JamCam 2020 para que no próximo ano não tenhamos que diminuir ainda mais a nossa força profissional. Esclarece que o valor proposto para a contribuição associativa em 2021 considera a proposta orçamentária que está sendo construída desse modo. MAGU diz que precisamos de recursos para desenvolver os projetos e pergunta de onde vêm esses valores do registro. Cris esclarece que os R\$ 65 (sessenta e cinco reais) são o valor da contribuição associativa anual nos dias atuais, considerando que é o valor da contribuição nacional, do qual 30% são repassados às Regiões Escoteiras. Lembra que, historicamente, sempre se aplicou um desconto no mês de dezembro para incentivar que as UELs adquiram cotas de registro, porque a instituição precisa de uma receita maior nesse período do ano para pagamento do 13º salário e férias do Serviço Profissional e por conta da diminuição de outras fontes de receitas. Para o ano de 2021, CRISTINE entende que não devemos ter nenhum acréscimo no valor da contribuição associativa. Diz que está sendo projetado no orçamento 80 mil associados contribuintes em 2021. Salienta que toda a proposta orçamentária deverá ser revista em abril, quando termina a validade do registro dos 64 mil associados que se registraram até abril deste ano. Da proposta que está em construção, CRISTINE destaca que nos primeiros seis meses não estão sendo previstos investimentos ou contratações, pois não sabemos como será a resposta associativa. Ressalta que o orçamento para o próximo ano está sendo projetado numa perspectiva que não nos coloque em risco como instituição. ROMEU entende que se manter o mesmo valor deste ano para a contribuição associativa é simpático e necessário para mantermos a adesão à instituição, apesar de achar que estamos sendo otimistas, prevendo 80 mil associados contribuintes. Lembra que o sistema da regularização automática do registro do ano vigente para quem fizesse em dezembro o registro escoteiro para o ano seguinte, foi implementado de 2018 para 2019, por uma situação excepcional e para atender um desejo da DEN à época, a qual



queria calcular qual seria o residual de quem não fazia o registro porque ingressava no Movimento Escoteiro no último bimestre do ano e esperava para fazer no ano seguinte, devido à sistemática de registro que adotávamos até então. Todavia, salienta que o Conselho não teve um retorno de quantos registros foram feitos fazendo uso desse dispositivo e entende que com a nova sistemática de registro, com validade de 12 meses, esse instrumento da regularização deverá perder sentido. Concorda com o MANIQUE que é contraditório permitirmos uma regularização de registro se a instituição fixa como regra que é preciso fazer o registro escoteiro antes se praticar Escotismo. Apesar disso, reflete se pelo aspecto econômico e pelo ano excepcional que vivemos em função da pandemia, não deveria ser mantido isso. CRISTINE informa que atualmente temos 155 UELs que não realizaram nenhum registro escoteiro no ano de 2020, mas que não necessariamente estão praticando atividades escoteiras e, portanto, não estão irregulares. Em sua grande maioria, estão com atividades suspensas e precisamos estimular que sejam retomadas. Por isso, entende que a proposta é uma forma de incentivar para que isso aconteça. Ressalta que precisamos pensar que não estamos num ano normal. ISABELLY explica que a proposta não deverá ser votada hoje, mas se o CAN entender que é possível, não há nada que impeça. Com relação à proposta de resolução, também encaminhada para apreciação do Conselho via e-mail, que disciplina a prática do Escotismo no Brasil e os requisitos para o reconhecimento pela UEB das Unidades Escoteiras Locais e Regiões Escoteiras (unificação das Resoluções do CAN 09/2013, 07/2018, 04/2019 e 01/2020), CRISTINE explica que está sinalizado com outra cor no texto o que foi extraído das resoluções que se pretende unificar. Esclarece a proposta no §8º do art. 6º de que a fixação do valor do registro provisório seja feita pelo CAN e não pela DEN como estava previsto na resolução original que instituiu o registro provisório, considerando que o valor para o registro provisório é proposto na mesma resolução que trata sobre os valores da contribuição associativa que é discutida e deliberada anualmente pelo CAN. CRISTINE destaca que nos artigos 12 e 13 que se referem ao Certificado de Funcionamento Anual, com a mudança de sistemática da validade do registros para 12 meses, a sugestão é que a cada 31 dezembro sejam verificados os requisitos e se emita o Certificado de Funcionamento da UEL para o ano seguinte, e não mais em 30 de abril como era feito antes. No art. 13, CRISTINE destaca também a proposta de mudança do efetivo mínimo necessário para uma Seção Autônoma do Ramo Pioneiro receber o Certificado de Funcionamento Anual, seguindo sugestão do MANIQUE. MANIQUE esclarece que a proposta tem a ver com o estudo apresentado pela associada Ana Clara sobre as Seções Autônomas do Ramo Pioneiro na 99ª Reunião Ordinária do CAN. CRISTINE sublinha a proposta no art. 14 de que as cotas de registro sejam válidas até 30 de junho, não somente até 30 de abril. CRISTINE destaca a proposta de alteração do texto do art. 16 para especificar que o bloqueio de repasses às Regiões ocorra quando não forem cumpridas suas obrigações fiscais e tributárias, porque o texto anterior era muito amplo quando dizia obrigações estatutárias ou demais normas escoteiras vigentes. ROBSON entende que as propostas de resoluções chegaram muito perto da reunião e gostaria de mais tempo para as analisar. Entende a importância desse tipo de debate numa reunião transmitida como esta. CRISTINE diz que a proposta hoje é levantar os pontos para reflexão e que o debate deve continuar via e-mail, com mais tempo, ou numa outra reunião, específica sobre o assunto. Entretanto, lembra que as deliberações sobre os procedimentos para o registro precisam ocorrer até o final deste



mês, pois no dia 1º de dezembro precisamos ter estabelecidos os valores de registro para 2021. RAFAEL concorda com o ROBSON que o tempo foi exíguo para uma análise mais acurada da proposta. Apesar disso, já fez dois comentários no texto: um tem a ver com a não renovação do acordo de trabalho voluntário pela Diretoria do Grupo, que, por prerrogativa, pode não renovar o acordo, e com isso há uma quebra do vínculo funcional, mas não necessariamente extingue a relação associativa. Sugere que quando houver fim do mandato ou rescisão do acordo de trabalho voluntário, que o associado seja vinculado diretamente ao nível Nacional como colaborador para não perder o vínculo associativo ou que se estabeleça um prazo para o vínculo a uma nova UEL. O outro apontamento se refere ao procedimento para isenção da contribuição associativa. RAFAEL diz que não sabe se ainda ocorre a prática de envio da documentação do pedido de isenção por e-mail ou pelos correios. Entende que seja interessante unificarmos o procedimento apenas via PAXTU. Todavia, destaca que quando a solicitação é feita apenas pelo PAXTU, há um problema de ordem prática, que é a exigência prevista na resolução da assinatura, no formulário de solicitação, do Diretor Presidente da Região Escoteira. Observa que, muitas vezes, é difícil para o associado colher a assinatura do Diretor Presidente da Região Escoteira nesse formulário. RAFAEL propõe que seja retirada essa exigência de assinatura do Diretor Presidente Regional no formulário do pedido de isenção e que o aceite pela Diretoria Regional seja feito posteriormente, via sistema. Afirma que no PAXTU, esse aceite já é feito de forma eletrônica. Por fim, em relação à comprovação do associado ser beneficiário do Bolsa Família para ter direito à isenção da contribuição associativa, entende que precisamos melhorar a forma de comprovação, pois é possível fazer a consulta dos beneficiários pelo site do Ministério do Desenvolvimento Social, e uma forma de comprovação poderia ser o extrato via esse site. CRISTINE esclarece que a questão do envio da documentação do pedido de isenção via e-mail ou correio está destacada, pois a sugestão é de retirada, seguindo recomendação do setor de registros do Escritório Nacional, uma vez que essa possibilidade não tem sido utilizada. RENATO cumprimenta a DEN pela proposta de unificação das Resoluções, pois isso simplifica o acesso à informação. Afirma que não conseguiu ainda se apropriar de toda a proposta e deverá fazer isso na próxima semana. Entende que este momento é uma oportunidade de melhorarmos algumas coisas, especialmente o disposto no art. 3º da resolução que disciplina a prática do Escotismo que interfere nas atribuições estatutárias das Diretorias das Unidades Escoteiras Locais. Quer apresentar uma proposta para clarear a justificativa do pedido de registro não aceito pela UEL, de modo que o associado não perca o seu vínculo associativo. ROMEU observa que unificar as normas é sempre positivo. Pergunta, no que tange ao proposto na letra b do inciso II do §1º do art. 11, se foi verificado se é possível o associado obter o comprovante de até 90 dias como beneficiário do Bolsa-Família. Pensa que seria mais simples que o associado apenas informasse o NIS para se fazer uma consulta sobre a comprovação do benefício. Pondera que isso seria mais fácil para o associado, mas, pelo volume, poderia gerar uma maior demanda de trabalho para quem faz a conferência da documentação. ROMEU diz que fez uma leitura ontem do material proposto e não encontrou nada inadequado. Em relação ao art. 3º da resolução sobre a prática do Escotismo, entende que atende as normas escoteiras e do código civil para associações. CRISTINE esclarece que a proposta do marco temporal de comprovante do Bolsa-Família de, no máximo, 90 dias, é porque, por vezes, recebemos comprovantes de mais de um ano atrás.



CRISTINE sugere que seja uma definida uma data para contribuições sobre a proposta para, em seguida, marcarmos uma reunião para aprovação. ISABELLY explica que, seguindo o previsto no regulamento do CAN, deveremos ter uma semana para contribuições e depois será submetido para votação. MANIQUE salienta que a unificação das resoluções é um avanço, e que havendo possibilidade de consulta ao site do Ministério responsável para verificar se o associado é beneficiário do Bolsa-Família, isso atende a necessidade de se comprovar que é beneficiário do programa para se ter direito à isenção da contribuição anual. Outras contribuições, MANIQUE diz que fará no momento adequada para isso. PAULA informa que está desenvolvendo no Paxtu um sistema de assinaturas eletrônicas que poderá contribuir para se cumprir a exigência de assinaturas nos pedidos de isenção.

Relatório de Integridade: PAULA apresenta o [relatório](#) anual da área de Integridade, conforme o previsto na Resolução CAN-DEN 01-2019. SARAH pergunta qual diferença entre sindicâncias na área do Detectar e investigações na área do Responder. PAULA esclarece que se detecta um problema por meio do canal de denúncias e as denúncias recebidas ficam na área do Detectar, mas as sindicâncias poderiam estar sim na área do Responder. Salienta que a sindicância é o meio legal que o nosso regramento interno atual estabelece para averiguação de fatos que são denunciados. Esclarece que as denúncias são recebidas pela Diretoria de Integridade, por meio do canal de denúncias, a qual verifica se há elementos para a instauração de sindicâncias e encaminha via ofício para Região Escoteira, UEL ou direto ao associado, dependendo do caso. Mais recentemente, PAULA diz que tivemos várias denúncias de uso indevido do Movimento Escoteiro para campanhas políticas, e também de UELs descumprindo a determinação de suspensão das atividades presenciais por conta da pandemia. PAULA explica que sindicâncias geralmente são instauradas no caso de denúncias contra associados ou UELs. Já no caso de denúncias contra Regiões Escoteiras, se tornam investigações dentro do programa de Integridade. PAULA observa que essa diferenciação é feita em termos de boas práticas num programa de Integridade. MAGU pergunta sobre o organograma do programa de Integridade. PAULA diz que o organograma do programa já consta no organograma da instituição. ADRIANO agradece o relatório e parabeniza por todas as implantações feitas em um curto espaço de tempo. Salienta que as boas práticas aprovadas nas nossas políticas nos tornam uma instituição bem vista pela sociedade, especialmente no Terceiro Setor, com a autorregulação das nossas práticas. Entende que isso vai nos ajudar muito a não personalizarmos as decisões. PAULA ressalta que apresentou apenas o relatório da área de Integridade, mas que também há a área Jurídica que complementa o trabalho. Também entende que a implantação das boas práticas de governança e de integridade são importantes para que no futuro as decisões não sejam personalizadas e permeadas de conflitos de interesses. ISABELLY parabeniza a apresentação e agradece a dedicação de todos os voluntários da equipe nos trabalhos realizados.

Informes das Áreas Geográficas: ISABELLY informa que, infelizmente, nesta reunião não contamos com o representante da Área Geográfica Sudeste (Gustavo), que não pode estar presente, e que o Conselho segue sem um representante indicado da Área Geográfica Norte.

Área Geográfica Centro-Oeste (RODRIGO): informa que a grande novidade da Área é o retorno da Região TO, conforme aprovado ontem pelo CAN; que seguem sem a data para o Encontro do Centro-Oeste; e que as Regiões estão começando a trabalhar nos planos para



retorno às atividades presenciais, o que deve ocorrer somente em 2021. **Área Geográfica Sul (ILKA):** relata que estão sendo feitos os estudos para o retorno das atividades presenciais com os comitês regionais; que estão sendo realizadas atividades online para manutenção das atividades escoteiras, estimulando os registros desses associados que estão participando das atividades, com as UELs realizando atividades online semanalmente, quinzenalmente ou até mesmo uma vez por mês; que estão ocorrendo cursos EAD, como o Curso Preliminar, e Curso de Tutores em EAD para preparação de mais pessoas para que possam ser feitos os cursos sequencias Intermediários e Avançados na modalidade EAD. ILKA traz uma solicitação da Região SC sobre os eventos promovidos por uma Região Escoteira dependerem da autorização da respectiva Diretoria Regional para que o associado possa se inscrever. ILKA salienta que o Diretor Presidente da Região SC Narcizo entende como dificultoso o associado depender de autorização regional para poder se inscrever num evento de outra Região Escoteira. Relata que Narcizo sugeriu que a própria UEL possa dar essa autorização, sem necessidade de autorização regional. ISABELLY pede melhor esclarecimento sobre o pedido do Narcizo. ILKA esclarece que o convite, que atualmente é feito via PAXTU, não deveria ir para a Diretoria Regional autorizar participação de seus associados em eventos de outras Regiões, mas direto para a UEL do associado. FELIPE diz que nesse momento de atividades online, muitos Núcleos Regionais têm enfrentado empecilhos com essa necessidade de autorização regional para ter a participação de associados de outras Regiões em seus eventos. Lembra que essa necessidade de autorização regional está baseada numa resolução nacional bem antiga. Entende que, consultado o Conselho Consultivo, o assunto deva ser debatido no CAN. FELIPE não vê nenhum motivo estratégico ou de autoridade para se ter essa autorização regional para se participar de eventos em outras Regiões. MARK também não vê nenhuma razão para que uma Região impeça que qualquer associado participe de um evento de outra Região. Diz que isso tem acontecido em SC, em função da realização do ARSC. Concorde com o FELIPE que esse assunto deva ser trazido ao Conselho para debate. MARK entende que os jovens e adultos podem e devem circular livremente pelo país nas atividades escoteiras. CHRISTIAN diz que ia perguntar se essa necessidade de autorização regional se dava por estar prevista em resolução. ADRIANO lembra que, por uma questão histórica, essa necessidade de autorização das Regiões se deve porque quando um jovem, patrulha ou UEL ia para alguma atividade fora do Estado e algo acontecia, a referência da família do jovem é a Região de saída e não a Região de destino. Relata que aconteciam intercorrências e a Região de saída nem sabia do que estava acontecendo. Todavia, ADRIANO acredita que no momento histórico que vivemos hoje, precisamos repensar essa regra. ISABELLY entende que é um assunto que precisamos discutir melhor. MARK diz que estamos num momento de captar recursos, de sanar atividades futuras e temos eventos programados para já ocorrer em janeiro e fevereiro do ano que vem, e gostaria que esse fosse dado celeridade para discussão desse assunto CAN. Cita que, por exemplo, tem vários jovens de outras Regiões interessados em participar do ARSC, mas estão impedidos por suas Regiões. Considera que a participação em eventos em qualquer nível ou Região pode trazer benefícios em termos do programa educativo e financeiros. ISABELLY entende uma medida de urgência a ser adotada por SC seria solicitar que à DEN peça às Regiões para verificarem com os seus jovens quais têm interesse em participar de uma atividade de outra Região Escoteira. MUSSIO lembra que



essa problemática não se refere apenas a acampamentos, mas a cursos também. MUSSIO se coloca à disposição para apresentar uma proposta de revisão do texto da resolução que trata do tema. FELIPE propõe que se encaminhe essa questão para a Comissão de Políticas Institucionais. ISABELLY entende que podemos fazer esse encaminhamento para que a Comissão apresente um texto ainda esta semana para que possa ser votado ainda este mês. SARAH entende que o Conselho deve discutir esse assunto, mas sem se estabelecer um prazo. **Área Geográfica Nordeste (RAFAEL):** informa que as UELs continuam fazendo atividades online e algumas delas têm relatado dificuldades para realização dessas atividades por falta de tempo e de equipamentos; que algumas Regiões têm feitos eventos regionais online, webinars, como, por exemplo, a Região MA. Salienta que algumas UELs e Regiões relataram dificuldades geradas pela burocracia, nesse período de pandemia, para solicitação de isenções do registro escoteiro. Lembra que o Nordeste conta com um grande número de associados isentos. Ressalta que as dificuldades se concentram na obtenção de assinaturas nos documentos para a solicitação de isenção. Apela à DEN para simplificar o processo de solicitação de isenção de registro, adotando, por exemplo, um sistema de assinatura eletrônica. Entende que a possibilidade de o formulário de solicitação de isenção ser eletrônico e ser assinado eletronicamente facilitaria muito, porque o jovem de baixa renda, muitas vezes, tem dificuldade para impressão dos documentos. Informa que o ENED era para ter realizado em setembro deste ano no PI, mas não foi possível devido à pandemia, e que no final do ano terá uma reunião da Área Geográfica e já está encaminhado não cancelar o ENED no PI, mas adiá-lo para 2021.

ISABELLY lembra que à tarde há assuntos a serem tratados pelo CAN em reunião fechada e que agora será encerrada a reunião aberta. Propõe que os trabalhos sejam retomados às 13h30min. Antes de encerrar, ROMEU diz que gostaria de fazer uma referência à notícia que receberam há pouco sobre o falecimento do ex-presidente da Região Escoteira do RS, Ronei Castilhos. Solicita ao Conselho que aprove um voto de pesar para ser encaminhado à família de Ronei. É aprovado por unanimidade dos presentes o voto de pesar, conforme sugerido pelo ROMEU.

ISABELLY transmite condolências à família do Ronei Castilhos e encerra os trabalhos às 12h.

